



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 275/2021 - SS PROCESSO ELETRÔNICO nº 11.381/2021

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando **a prestação de serviço de radiologia com instalação de equipamento de Raio X, incluindo fornecimento de materiais e insumos, profissionais em radiologia e manutenção técnica preventiva e corretiva**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 14.350/2021 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

R Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 9h do dia 17/11/2021, às 8h50 do dia 02/12/2021.;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h do dia 02/12/2021**, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/2021/index.php. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM

PREGÃO ELETRÔNICO nº 275/2021 - SS
PROCESSO ELETRÔNICO nº 11.381/2021

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo modo de disputa aberto, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 10.214/2002, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 14.168,2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 14.350/2021 e demais legislações aplicáveis.

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando **a prestação de serviço de radiologia com instalação de equipamento de Raio X, incluindo fornecimento de materiais e insumos, profissionais em radiologia e manutenção técnica preventiva e corretiva**, conforme condições descritas nos Anexos que integram este Edital.

1.2. Tem por objeto a contratação por um **período de 12 (doze) meses** para prestação de serviços de urgência e emergência de imagens através de RAIOS-X, visando atender a demanda da Subsecretaria de Urgência/Emergência - SSUE/SS/PJF, nas unidades de saúde Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira (HPS); Departamento de Unidade Regional Leste (DURL) e Pronto Atendimento Infantil (PAI), tendo como referência de preço a tabela SUS/SIGTAP com complementação pela tabela IPSEMG.

1.3. Atendidas as exigências legais, e presente a necessidade à prestação dos serviços, terão prioridade as Unidades Prestadoras de Serviços de caráter filantrópico ou as sem fins lucrativos, conforme o prescrito no parágrafo 1º do art. 199 da Constituição Federal, observando a legislação específica federal e municipal, bem como o disposto no Termo Contratual, Edital e Termo de Referência.

1.4. Integra este Edital, como se nele estivesse transcrito o Termo de Referência - Anexo I, assim como todas as especificações neste contidas.

II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº
- HPS: 10.302.0003.2282.0000. PTRES: 0000. Fonte: 0159.149.600. ND: 33903912.
- DURL: 10.302.0003.2298.5017. PTRES: 5017. Fonte: 0159.149.600. ND: 33903912.
- PAI: 10.302.0003.2298.5018. Fonte: 0159.149.600. ND: 33903912.

III - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a



realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. É vedada a participação de interessados:

4.1.1. que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.1.2. que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

4.1.3. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.6. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.7. que estejam reunidas em consórcio;

***Nota Explicativa:** O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.*

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor global conforme Anexo I;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.3. E-mail para fins de comunicação com o proponente.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

6.2.4. Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

VII – DA HABILITAÇÃO

7.1. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

7.2. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

7.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

7.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.2.4. Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo VI**:

7.2.4.1. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

7.2.4.2. Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

7.2.4.3. Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

7.2.4.4. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

7.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

7.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo V**.

7.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo IV**.

7.2.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

7.2.8. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo III**.

7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

7.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

7.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

7.3.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.3.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

7.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

7.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.3.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.3.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

7.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

7.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

7.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

7.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem **7.4.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

7.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante o seguinte indicador:

Índice de Solvência Geral (SG) expressado da forma seguinte:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

SG maior ou igual a 1(um)

7.4.2.1. O item **7.4.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

7.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

7.4.3.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

7.4.3.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:

7.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

7.5.2. Registro no CRM (Conselho Regional de Medicina).

7.5.3. Registro no CRTR (Conselho Regional de Técnico em Radiologia)

7.5.4. Alvará/Licença de Funcionamento, emitido pelo órgão sanitário local (DVISA), atualizado, dentro de um período de um ano.

7.5.5. Atestado de capacidade técnica, emitido por estabelecimento de saúde que faça uso de sistemas de capacidade semelhante, bem como as especificações técnicas exigidas neste procedimento, devidamente registrados.

7.5.6. Deverá apresentar **atestado de vistoria técnica** a ser fornecido pelas unidades de atendimento onde serão instalados todos os equipamentos, tomando pleno conhecimento das necessidades das unidades. O



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

agendamento poderá ser feito em até 3 (três) dias úteis anteriores à data da licitação, com os responsáveis das unidades indicadas abaixo.

7.5.6.1. Unidades que emitirão os atestados de vistoria técnica:

- DURL (Departamento da Unidade Regional Leste) – Av. Brasil, 1150 – Costa Carvalho. Tel.: 3690-7658 ou 7764. Responsável: Luanda Piubello da Silva.
- PAI (Pronto Atendimento Infantil) – Av. Dos Andradas, 508 – Centro. Tel.: 3690-8250 ou 8178. Responsável: Kátia Aparecida Pedretti.
- DHMUE (Departamento do Hospital Municipal de Urgência e Emergência) – Av.: Barão do Rio Branco, 3408 – Passos. Tel.: 3690-8111 ou 8197. Responsável: Leandro de Jesus Lopes.

7.5.7. Os proponentes deverão apresentar relação de profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuam especialização para realização dos serviços, através de certificado emitido pelo órgão regulador da profissão, bem como o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade e devidamente cadastrados no CNES.

7.6. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

7.7. A documentação, na fase pertinente, será examinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.8. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

7.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

7.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

7.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

7.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, implicará na inabilitação do licitante.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR VALOR GLOBAL** de acordo com o especificado no **Anexo I**.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.23.1. no país;

8.23.2. por empresas brasileiras;

8.23.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.23.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.25. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.25.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.3. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

XI – DO RECURSO

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema**.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

XIII - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

13.1.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame.

13.2. Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário o contrato, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente junto a Unidade Gestora demandante do contrato para assinatura.

13.2.1. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do contrato encaminhado para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

13.3. A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

XIV - DO CONTRATO

14.1. O contrato formalizado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

14.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

14.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

14.4. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses **a partir da assinatura do contrato**, podendo ser aditado e prorrogado, sempre respeitando os limites e condições impostas pela Lei nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do serviço, serão realizados pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade.

15.2. A CONTRATANTE acompanhará a execução do Contrato, avaliando o CONTRATADO através do Órgão Competente da Secretaria de Saúde, utilizando-se de procedimentos de supervisão indireta ou local, observando o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento, e de quaisquer outros dados pertinentes ao controle e avaliação dos serviços prestados e sob critérios definidos em normatização complementar, e, ainda, em casos específicos, determinar auditoria especializada.

15.3. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pela CONTRATANTE sob a execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste Instrumento, o



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONTRATADO reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrentes da Lei Orgânica de Saúde.

15.4. O CONTRATADO facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE, designados para tal.

XVI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

16.1. DOS REQUISITOS TÉCNICOS

16.1.1. Possuir Serviços Especializados específicos, próprios, conforme as normas do SUS.

16.1.2. Credenciamento obrigatório ao SUS, através do cadastro no CNES.

16.1.3. Classificação como “Serviços Especializados”, no CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES), cuja compatibilidade contempla a realização dos Procedimentos de Imagem, segundo a área especializada a saber:

Cód. Serviço	Código	Nome
121	001	Radiologia (Diagnóstico por Imagem)

16.1.4. Exigências da fase de qualificação e Habilitação do Serviço:

16.1.4.1. Licença Sanitária Inicial,

16.1.4.2. Laudo de Proteção Radiológica emitido pelo órgão competente,

16.1.4.3. Certificado de Controle de Qualidade para Imagiologia e, no que couber,

16.1.4.4. Certificado de autorização da CNEN para funcionamento de Serviços de Medicina Nuclear ou Serviços que detenham fontes radioativas.

16.1.5. A categoria classificatória pressupõe a existência de uma política de qualidade envolvendo estrutura, processo e resultado na gestão dos serviços, além de pessoal especializado, equipamentos e insumos para a realização de exames, conforme detalhado nos tópicos a seguir:

I) Infraestrutura, equipamentos e recursos humanos:

Disponibilizar todos os recursos físicos e materiais, permanentes, de consumo e insumos tais como: luvas, aventais descartáveis, esparadrapo, soluções saneantes, necessários ao desenvolvimento de procedimentos de Boas Práticas para Funcionamento de Serviços de Saúde, conforme estabelecido na RDC nº 63, de 25 de Novembro de 2011 e RDC nº 2, de 25 de Janeiro de 2010, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.

Fornecer materiais necessários a toda equipe técnica e profissionais de saúde da contratante, tais como: avental plumbífero, porta avental, protetor de órgãos genitais, protetor de tireóide, luva tipo escudo, óculos de proteção frontal e lanterna.

II) Instalações:

Todos os Serviços de que trata este termo devem atender a Resolução SMS nº 1779 de 18 de agosto de 2011 e estar em conformidade com RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde e a Portaria Federal nº 453, de 1 de Junho de 1998, que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico, dispõe sobre o uso dos raios-x diagnósticos em todo território nacional e dá outras providências.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, exclusivamente a pacientes em atendimento nas unidades de urgência e emergência do Município – HPS – Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira, do Departamento de Unidade Regional Leste e do Pronto Atendimento Infantil, mediante encaminhamento de médico em plantão na unidade respectiva, vinculado ao Sistema Único de Saúde, através de formulário próprio.

A Secretaria de Saúde será responsável apenas pela cessão do espaço público, ficando a cargo da contratada a estruturação local, inclusive com a instalação dos equipamentos, acessórios e mobiliários ergonômicos, observando-se, para tudo, as normas legais pertinentes.

III) Equipamentos: Radiologia (RX)

O Serviço deve dispor de equipamentos de radiodiagnóstico médico para a realização dos Procedimentos de Radiologia, listados no **Anexo I.B**, cujas condições técnicas e de operacionalidade estejam em conformidade com a legislação vigente, destacando-se:

- *Blindagem com as características requeridas;*
- *Vestimentas de proteção individual para adultos e crianças, quando for o caso;*
- *Mesa para a acomodação do paciente/usuário;*
- *Painéis de controle com valores dos parâmetros de operação apresentados de forma clara e compreensível para o usuário;*
- *Dispositivo de Filtração do feixe útil de radiação, como recomendado;*
- *Diafragma regulável ou colimador regulável;*
- *Sistema para identificar e ajustar o centro do feixe de radiação.*
- *Monitoramento dos profissionais ocupacionalmente expostos às radiações.*
- *Sistema de armazenamento de imagens digital PACS.*
- *Sistema de radiologia digital (Não será permitido o uso de produtos químicos para revelação das imagens).*
- *Utilizar equipamentos móveis para realização de exames no leito dos pacientes conforme indicação e solicitação médica, sem alteração da qualidade do exame e obedecendo ao protocolo de segurança do paciente*

16.1.5.1. Inexistindo a necessidade do serviço de instalação a Secretaria de Saúde não arcará com qualquer valor.

IV) Recursos Humanos:

A realização de procedimentos de Imagem exige a presença de **médico especialista, com formação profissional em Radiologia para laudar os exames e quando houver necessidade de administração de contraste**, além de equipe técnica com formação competente para o desempenho das atividades desenvolvidas e devidamente registrada nos órgãos de classe.

Há compatibilidade prevista na Tabela de Procedimentos do SUS para a categoria da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme relacionada a seguir:

CBO	Especialização
225320	Médico em radiologia e diagnóstico por imagem
324115	Técnico em radiologia e imagiologia

O Responsável técnico deverá ser médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM MG, conforme RESOLUÇÃO CFM nº 1.971/2011, Capítulo II – Responsabilidade Técnica e tem sua qualificação definida pela Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde nº 453 de 1º de junho de 1998, com base em dispositivos constitucionais e na Lei nº 8.080 de 19 de outubro de 1990, que “aprova o regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

radiodiagnóstico médico, dispõe sobre o uso de raios X diagnósticos em todo o território nacional e dá outras providências”.

A contratada deverá apresentar relação de profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuam especialização para realização dos serviços, através de certificado emitido pelo órgão regulador da profissão, bem como o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade e devidamente cadastrados no CNES.

Os profissionais Técnicos de radiologia e imagem da Contratada deverão atender todas as Unidades relacionadas (HPS, REGIONAL LESTE e PAI) durante as 24 horas de funcionamento ininterruptamente.

16.2. DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS

Os atendimentos serão realizados todos os dias da semana durante as 24 horas de funcionamento, ininterruptamente, conforme **Anexo I.C**, dentro das instalações do HPS, DURL e PAI. Na interrupção da prestação de serviço dentro da unidade contratante, deverá a contratada providenciar novo local para realização do objeto do contrato, ficando a responsabilidade operacional (inclusive transporte do paciente) e financeira a cargo da contratada.

XVII - DAS OBRIGAÇÕES

17.1. RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

17.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

17.1.2. Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a Contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

17.1.3. Proporcionar condições à Contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

17.1.4. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

17.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

17.1.6. Impedir que terceiros prestem os serviços objeto do contrato.

17.1.7. Os ambientes do estabelecimento de saúde que utilizarem os Raios-X de imagem devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pela ANVISA - RDC nº 50/2002, para Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;

17.1.8. Compete às autoridades sanitárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o licenciamento dos serviços que empregam os raios-X diagnósticos, assim como a fiscalização do cumprimento deste regulamento, sem prejuízo da observância de outros regulamentos federais, estaduais e municipais supletivos sobre a matéria.

17.1.9. Verificar o registro no Ministério da Saúde dos equipamentos de raios-X diagnósticos, componentes (tubo, cabeçote, sistema de colimação, mesa “bucky”, “bucky” mural, seriógrafo, sistema intensificador de imagem) e acessórios de proteção radiológica em radiodiagnóstico.

17.1.10. Após homologação do procedimento e início da prestação dos serviços de instalação cabe ao município exigir o Relatório de aceitação da instalação e relatório de teste de aceitação do equipamento de Raios-X, emitido pela Contratada após sua instalação com o aceite do titular do estabelecimento e relatório de levantamento radiométrico, emitido por especialista em física de radiodiagnóstico (ou certificação



equivalente) comprovando a conformidade com os níveis de restrição de dose estabelecidos pelo regulamento.

17.1.11. Ceder espaço para as instalações da contratada nas unidades indicadas neste termo, sem ônus para a Contratada.

17.1.12. Indicar servidores da SS (Fiscal e Gestor do Contrato), que ficarão responsáveis pela fiscalização da execução dos serviços, e a quem caberá promover a qualquer tempo auditorias destinadas a comprovação da adequada execução dos serviços, em conformidade com os quantitativos estabelecidos e padrões de qualidade exigíveis; remeter advertências à contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória, aplicando-lhe as penalidades cabíveis.

17.1.13. Periodicamente vistoriar as condições de instalações da entidade prestadora de serviços, para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato.

17.2. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

17.2.1. Para cumprimento do objeto do contrato, a CONTRATADA deverá oferecer ao paciente todo o recurso necessário ao seu atendimento, a exemplo do discriminado abaixo:

17.2.2. O serviço será realizado dentro das unidades de urgência e emergência do Município – HPS – Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira, do Departamento de Unidade Regional Leste e do Pronto Atendimento Infantil, mediante solicitação do médico em plantão na unidade respectiva, vinculado ao Sistema Único de Saúde, através de formulário próprio.

17.2.3. Ao iniciar a execução, a Contratada deverá apresentar relação dos profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuem especialização na área em questão, através de certificado emitido pelos órgãos competentes, bem como, o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade.

17.2.4. A Contratada deverá garantir o número de funcionários, incluindo técnicos, auxiliares e médicos radiologistas, para execução dos serviços, atendendo aos quantitativos de equipamentos necessários, conforme **Anexo I.B** e salas existentes em cada unidade de atendimento (HPS, DURL, PAI), considerando o horário de funcionamento conforme **Anexo I.C**.

17.2.5. Se no decorrer do contrato houver acréscimo ou substituição de profissional, o nome deste deverá ser encaminhado previamente à SSUE/SS, atendendo a todas as condições estipuladas no contrato.

17.2.6. Executar os serviços mediante o trabalho de sua equipe técnica, composta por pessoal especializado e habilitado, em conformidade com Resolução **CONAMA nº 358 de 2005**, a **RDC da ANVISA nº 306/2004**, **RDC 50/2002 – ANVISA**.

17.2.7. Apresentar a fatura acompanhada, mensalmente, de cópias de comprovantes de recolhimento dos encargos sociais dos funcionários, bem como todos os documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 29 da Lei nº 8.666/1993, com a redação dada pela Lei nº 12.440/2011.

17.2.8. Responder exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SS/PJF.

17.2.9. Afastar do serviço do SUS/Juiz de Fora, no prazo máximo de 24 horas, qualquer empregado que na opinião da fiscalização não execute o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou ainda, quando se comportar de forma desrespeitosa, desordenada ou indesejável, devendo haver imediata substituição a fim de não haver prejuízo na prestação dos serviços.



PREFEITURA DE ILHÉUS DE FORA

17.2.10. Designar um supervisor constante de seu quadro para servir de elo com a Secretaria de Saúde, sendo referência para demandas administrativas, coordenando os serviços, orientando e ordenando seus funcionários.

17.2.11. Cumprir com todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso dos equipamentos de segurança por seus empregados, por funcionários da SS e de usuários, quando necessário; implementando uma estrutura organizacional de modo a facilitar o desenvolvimento de uma cultura de segurança. Apresentar, mensalmente, Relatórios de Levantamento Radiométrico e Teste de Constância do aparelho fixo de Raio-X, conforme exigência da Vigilância Sanitária.

17.2.12. A Contratada não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato sob pena de rescisão do contrato.

17.2.13. Caberá a Contratada apresentar relatório circunstanciado contendo relação de profissionais, equipamentos disponíveis, etc. A Escala de Trabalho deverá ser fixada em local visível para conferência do Fiscal do Contrato e, qualquer alteração deverá ser comunicada à Unidade onde o serviço é realizado.

1.2.14. Repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da rede de saúde da SS.

17.2.15. Utilizar o sistema SIA/SUS, através dos instrumentos de cobrança para apresentação da produção mensal.

17.2.16. Aceitar os valores de referência à prestação dos serviços constantes da tabela de procedimentos do Ministério da Saúde (SIGTAP), e serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes determinados pelo Ministério, quanto os classificados como Ambulatoriais, nos termos do Artigo 26, da Lei Federal nº 8.080/1990.

17.2.17. As guias de solicitação deverão ser arquivadas pelo prestador de serviços, após conferência pela Unidade onde o serviço foi prestado, em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo, para fins de controle, avaliação e auditoria.

17.2.18. As guias de autorização dos procedimentos deverão, obrigatoriamente, estar autorizadas pelo setor responsável da Secretaria de Saúde/Subsecretaria de Urgência e Emergência (SSUE), que sejam os respectivos responsáveis de cada Unidade.

17.2.19. As guias de autorização dos procedimentos deverão obrigatoriamente estarem autorizadas pelos setores responsáveis de cada unidade, e devidamente assinadas pelo profissional médico que solicitar o procedimento.

17.2.20. A contratada deverá disponibilizar entrega de relatório semanal (digital e impresso) das unidades constando os seguintes dados: exames realizados (somados e com valor total de cada procedimento), nome do paciente, número do cartão SUS, data do exame, médico solicitante, valores conforme Tabela SUS, para a devida conferência e acesso das informações pelos gestores e fiscais do contrato de cada unidade.

17.2.21. O relatório digital deverá permitir informações a respeito do faturamento e produção de serviços, possibilitando o cruzamento de dados diário, semanal ou mensal de exames, onde poderá ser verificado as seguintes informações: nome do paciente, data do exame, médico solicitante, exame realizado, valores conforme Tabela SUS, entre outros.

17.2.22. Deverá ser enviado, mensalmente, à SSUE relatório constando procedência dos pacientes com a informação de hora/data e procedimento realizado, o qual deverá ser apresentado através de sistema de informação, em conformidade com a planilha do **Anexo I.A.**

17.2.23. A autorização de pagamento das notas fiscais pelos gestores do contrato serão condicionadas ao cumprimento das cláusulas **17.2.20, 17.2.21 e 17.2.22.**



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.2.24. Não será permitida a realização de procedimentos radiológicos em pacientes que não estejam em processo de atendimento ou internação nas unidades de urgência e emergência da Secretaria de Saúde.

17.2.25. Providenciar manutenção preventiva mensal, o qual deverá ser apresentado através de relatório a ser entregue à Secretaria de Saúde com igual periodicidade, e corretiva, em até 24hs da ocorrência de defeito nos equipamentos utilizados para realização dos serviços.

17.2.26. O prestador deverá disponibilizar as imagens do raio-x em rede de computador interna das Unidades 24 Horas, e quando necessário em meio eletrônico (CD, DVD, Pen drive) para acompanhar ou ser entregue ao paciente ou a outro solicitante, sempre que solicitado.

17.2.27. Tratar os usuários do SUS, servidores da Prefeitura de Juiz de Fora, representantes dos Conselhos de Saúde e Ouvidoria com zelo, respeito e distinção.

17.2.28. Os resultados dos procedimentos/atendimentos deverão preservar o sigilo dos pacientes.

17.3. Quanto ao pessoal:

17.3.1. Executar os serviços mediante o trabalho de sua equipe técnica, composta por pessoal especializado e habilitado, em conformidade com o que dispõe a legislação federal.

17.3.2. Designar um supervisor constante de seu quadro para servir de elo com a Secretaria de Saúde, sendo referência para demandas administrativas, coordenando os serviços, orientando e ordenando seus funcionários.

17.3.3. Cumprir todas as normas legais e regulamentares de medicina e segurança do trabalho, inclusive o uso por seus funcionários de uniformes e crachás de identificação, equipamento de proteção individual incluindo dosímetros de radiação.

17.3.4. Fornecer, ainda, materiais necessários a toda equipe técnica e profissionais de saúde da contratante, tais como: avental plumbífero, porta avental, protetor de órgãos genitais, protetor de tireóide, luva tipo escudo, óculos de proteção frontal e lanterna.

17.3.5. Responsabilizar-se pela totalidade do pessoal para execução dos serviços, ficando claro que o Município, através da Secretaria de Saúde, não fornecerá pessoal, mesmo que em caráter temporário, para o exercício de atividades objeto do contrato.

17.3.6. Realizar o serviço de forma ininterrupta, dentro de horário estabelecido para a unidade. Assim, não serão admitidas interrupções para refeições ou descanso. Se for necessário intervalo para refeições ou descanso de funcionários, os mesmos deverão ser substituídos por outros.

17.3.7. Se no decorrer do contrato houver acréscimo ou substituição de profissional, o nome deste deverá ser encaminhado previamente à SS/SSUE, atendendo a todas as condições estipuladas no edital, termo de referência e contrato.

17.4. Quanto aos equipamentos/insumos:

17.4.1. Disponibilizar equipamentos novos, ou com no máximo 02 (dois) anos de uso, comprovado por nota fiscal, que atendam às exigências da ANVISA e demais legislações sobre a matéria.

17.4.2. Propiciar manutenção preventiva e corretiva, instalação e substituição dos equipamentos sempre que necessário.

17.4.3. Disponibilizar o quantitativo de equipamentos necessários à prestação de um serviço de qualidade, de acordo com o perfil e demanda de cada Unidade; observando a quantidade mínima exigida no contrato.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

17.4.4. Fornecer toda a mão de obra, equipamentos e insumos necessários à elaboração dos procedimentos.

17.4.5. Responsabilizar-se pelo descarte de todo material usado.

17.4.6. Fornecer quaisquer insumos de enfermagem, materiais administrativos, de higiene e limpeza necessários para prestação do serviço.

17.4.7. Prover Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a proteção dos pacientes, inclusive os descartáveis, da equipe (da contratante e contratada) e de eventuais acompanhantes.

17.5. Quanto à organização/operacionalização/controle:

17.5.1. Medir periodicamente, de acordo com as normas de segurança e diretrizes de proteção radiológica em radiodiagnóstico, o nível de radioatividade emitido pelos equipamentos no ambiente **(da contratante e contratada)**.

17.5.2. Implementar o programa de garantia da qualidade e manter os assentamentos dos dados obtidos, incluindo informações sobre ações corretivas; bem como apoiar o SPR (escrever por extenso) nos programas de garantia de qualidade da imagem e otimização da proteção radiológica.

17.5.3. Zelar pela integridade dos assentamentos por cinco anos, exceto de dados de monitoração individual que devem ser armazenados por um período mínimo de 30 anos após o término da atividade com radiação, exercida pelo indivíduo monitorado. Deverão ser utilizados meios adequados e armazenamento digital.

17.5.4. Estabelecer e implementar padrões de qualidade de imagem e verificar a sua manutenção; em conformidade com as Normas para Processo de Avaliação NR: NA 6/1 – ONA.

17.5.5. O programa de garantia de qualidade deverá incluir, o assentamento dos testes e avaliações realizadas e os resultados obtidos, assim como a documentação e verificação dos procedimentos operacionais e das tabelas de exposição, considerando os requisitos de proteção radiológica estabelecidos no Regulamento.

17.5.6. Manter a atualização do Relatório de Levantamento Radiométrico e Medida de Radiação de Fuga e Relatório de Testes de Constância de todos os equipamentos e contratada (Portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998).

17.5.7. Fornecer um Plano Operacional Padrão (POP) da destinação final dos resíduos químicos, considerando o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS (RDC 306 de 07/12/2004 e Resolução CONAMA 358/2005).

17.5.8 Assegurar à autoridade sanitária livre acesso a todas as dependências do serviço e manter à disposição todos os assentamentos e documentos especificados em regulamento (portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998).

17.5.9. Investigar causas de desconformidade com as leis que regulam o exercício da atividade, identificando circunstâncias e consequências, adotando, ainda, as medidas cabíveis para corrigir as falhas detectadas e prevenir a recorrência de infrações similares, com apresentação de medidas corretivas das não-conformidades.

17.5.10. Disponibilizar entrega de relatório semanal (digital e impresso) das unidades constando os seguintes dados: exames realizados (somados e com valor total de cada procedimento), nome do paciente, número do cartão SUS, data do exame, médico solicitante, valores conforme Tabela SUS, para a devida conferência e acesso das informações pelos gestores e fiscais do contrato de cada unidade, bem como cópia



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

dos pedidos de exames realizados nas Unidades para a devida conferência pelo fiscal do contrato. (Para o Durl, cópia de todos os pedidos de exames realizados na unidade.)

17.5.11. A qualquer tempo, o município poderá fiscalizar e solicitar as comprovações de que os funcionários da empresa possuem situação regular perante o INSS, FGTS e CRM e que atendam aos requisitos deste instrumento.

17.5.12. O prestador deverá disponibilizar as imagens dos raios-x em rede de computador interna das Unidades 24 Horas, e quando necessário em meio eletrônico (CD, DVD, Pen drive) ou ainda impresso para acompanhar ou ser entregue ao paciente ou a outro solicitante, sempre que solicitado.

17.5.13. É obrigatório que as clínicas tenham prontuário dos pacientes atendidos, onde devem ser anotados os dados dos pacientes pessoais e clínicos.

17.5.14. Apresentar, mensalmente, e/ou a qualquer momento que se fizer necessário, relatório dos exames realizados, por paciente e procedência do mesmo, anexando a relação de solicitações autorizadas e o resultado do exame, para auditoria. A relação dos procedimentos realizados, por competência, deverá ser entregue junto ao faturamento dos serviços realizados na competência.

17.5.15. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XVIII – DAS PENALIDADES

18.1. Os casos de inexecução do objeto conforme contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

18.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

18.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

18.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

18.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **18.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

18.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **18.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

18.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

18.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

18.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

18.8. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

18.9. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

19.1. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

19.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

19.3. O valor para pagamento do serviço será realizado de acordo com a produção por procedimento realizado, utilizando a tabela SIGTAP/DATASUS do Ministério da Saúde como parâmetro. Serão considerados, para fins de pagamento, apenas os procedimentos realizados dentro dos padrões de qualidade exigidos no contrato.

19.3.1. Por força do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, os valores de pagamento são previamente fixados pelo Gestor do SUS, com base no valor atual da Tabela de Procedimentos do Ministério da Saúde SIGTAP/DATASUS disponibilizada através do site: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>.

19.3.2. O pagamento será feito mediante apresentação mensal, da produção ambulatorial dos procedimentos, por meio dos instrumentos de registro através do Sistema BPA – Boletim de Produção Ambulatorial disponibilizado pelo Ministério da Saúde/DATASUS no site do DATASUS, o pagamento será em até 30 (trinta) dias a partir da data da apresentação da fatura com o devido atesto (Lei nº 8666/93, art. 40, inciso XIV, alínea "a") e efetuado pelo Departamento de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil/SSAF da SS, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura junto a unidade requisitante:

Banco: Agência: Conta corrente: Localidade:

19.3.3. Os reajustes dos valores pagos serão os estabelecidos pela Tabela SUS do Ministério da Saúde.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

19.3.4. A prestação de contas será feita, segundo cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Saúde.

19.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

19.5. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

19.6. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **19.5** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Secretaria de Saúde autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à credenciada, das penalidades previstas.

19.7. A Secretaria de Saúde poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela contratada, por força da contratação.

19.8. Quando ocorrer a situação prevista no subitem **19.7**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

19.9. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

19.10. Junto a nota fiscal, que deverá ser emitida em 02 VIAS, a contratada deverá apresentar as documentações relativas às Certidões Negativas de Débito de acordo com o art. 29 da lei de licitações n.º 8.666/1993.

19.11. ISSQN: A alíquota de ISS incidente sobre os serviços é de 3% (três por cento), nos termos do Art. 47, item 4.02 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local de estabelecimento do prestador.

19.11.1. Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota que está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (Resolução CGSN nº 140, de 22 de Maio de 2018 e suas alterações e retificações), que dispõe sobre o Simples Nacional).

19.12. INSS e IRRF: A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da Prefeitura de Juiz de Fora na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php

19.13. A contratada deverá disponibilizar entrega de relatório semanal (digital e impresso) para as unidades, constando os seguintes dados: exames realizados (somados e com valor total de cada procedimento), nome do paciente, número do Cartão SUS, data do exame, médico solicitante, valores conforme Tabela SUS, para a devida conferência e acesso das informações pelos gestores e fiscais do contrato de cada unidade, bem como cópia dos pedidos de exames realizados nas Unidades para a devida conferência pelo fiscal do contrato.

19.13.1. O relatório digital deverá permitir informações a respeito do faturamento e produção de serviços, possibilitando o cruzamento de dados diário, semanal ou mensal de exames, onde poderá ser verificado as seguintes informações: nome do paciente, número do Cartão SUS, data do exame, médico solicitante, exame realizado, valores conforme Tabela SUS, entre outros.

19.14. A autorização de pagamento das notas fiscais pelos gestores do contrato serão condicionadas ao cumprimento das cláusulas **19.3 e 19.3.1.**



PREFEITURA DE ILHÉUS DE FORA

19.15. O valor referente aos serviços efetivamente prestados com base neste instrumento observará os valores unitários de cada procedimento dos grupos mencionados na cláusula primeira, conforme Tabela SUS SIGTAP com complementação pela Tabela IPSEMG vigente.

19.16. O pagamento se dará mediante apuração da produção apresentada pela CONTRATADA e aprovada pelo sistema SIGTAP/DATASUS da CONTRATANTE.

19.17. O pagamento acima descrito será reajustado na mesma proporção, com índices concedidos pelo Ministério da Saúde, garantindo o equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.080/90 e das normas gerais da Lei nº 8.666/93.

19.18. O reajuste fica condicionado a celebração de Termo Aditivo, sendo necessário constar no processo administrativo do CONTRATADO os respectivos cálculos, bem como a origem e a autorização do reajuste.

19.19. Os reajustes dos valores pagos serão os estabelecidos pela Tabela SUS do Ministério da Saúde.

19.20. Mensalmente o CONTRATADO apresentará ao Departamento de Cadastros, Contratos, Convênios e Programação Assistencial da SS, em meio magnético, a produção realizada que passará por um processo de crítica pelo Sistema SIGTAP. Após o processamento dos dados, será efetuado o pagamento devido, dentro do valor contratado, mediante repasse do recurso pelo Ministério da Saúde.

19.21. Haverá ainda avaliação e auditoria sobre os dados apresentados, podendo ocorrer O.R. (Ordem de Recolhimento), caso seja identificada alguma irregularidade na produção apresentada. As contas rejeitadas serão objeto de análise pelos órgãos de avaliação e controle do CONTRATANTE, ficando à disposição do CONTRATADO, que terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do pagamento efetuado para apresentar recurso, que deverá ser julgado no prazo de 10 (dez) dias úteis.

19.22. Conjuntamente a apresentação da Nota fiscal, o prestador deverá enviar, também, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com validade na data de suas apresentações, condição indispensável para liberação do pagamento.

XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

21.1. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

21.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

21.1.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.2. A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM** e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

22.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

22.4. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

22.5. Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

22.6. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

22.7. É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

22.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.7.2. Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

22.7.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

22.8. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.9. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

22.10. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

22.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.13. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

22.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF//SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

22.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

22.17. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado;

Anexo II – Minuta de Contrato.

Anexo III - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo IV - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo V - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de fato impeditivo.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 275/2021 - SS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

1. ENTE REQUISITANTE

Subsecretaria de Urgência/Emergência – SSUE/SS/PJF

2. OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada na **prestação de serviço de radiologia com instalação de equipamento de Raio X, incluindo fornecimento de materiais e insumos, profissionais em radiologia e manutenção técnica preventiva e corretiva.**

2.2. Tem por objeto a contratação por um **período de 12 (doze) meses** para prestação de serviços de urgência e emergência de imagens através de RAIOS-X, visando atender a demanda da Subsecretaria de Urgência/Emergência - SSUE/SS/PJF, nas unidades de saúde Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira (HPS); Departamento de Unidade Regional Leste (DURL) e Pronto Atendimento Infantil (PAI), tendo como referência de preço a tabela SUS/SIGTAP com complementação pela tabela IPSEMG.

2.3. Atendidas as exigências legais, e presente a necessidade à prestação dos serviços, terão prioridade as Unidades Prestadoras de Serviços de caráter filantrópico ou as sem fins lucrativos, conforme o prescrito no parágrafo 1º do art. 199 da Constituição Federal, observando a legislação específica federal e municipal, bem como o disposto no Termo Contratual, no Edital e neste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Considerando a necessidade de selecionar interessados - pessoas jurídicas, dentro dos padrões de qualidade e parâmetros **indispensáveis a uma melhor assistência à população; Considerando o disposto na Lei nº 8666/93 e suas alterações, a NOAS – SUS nº 01/2001 - regionalização da assistência à saúde: aprofundando a descentralização com equidade no acesso, os artigos 24 e 25 da Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990, Portaria SVS/MS nº 453 de 1998, Lei nº 7394/1985, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia, e dão outras providências; bem como a Resolução CONAMA nº 358 de 2005, a RDC da ANVISA nº 306/2004, RDC 50/2002 – ANVISA, e demais especificações constantes dos Anexos deste termo, visando a seleção para contrato com estabelecimentos interessados em prestar serviços de radiodiagnóstico, residentes no município de Juiz de Fora, conforme condições constantes do Edital, deste Termo de Referência e seus anexos.**

3.2 A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem tanto à redução do risco de doença e de outros agravos, quanto ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços obedecem aos princípios de: (i) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; (ii) integralidade de assistência em todos os níveis de complexidade do sistema e (iii) igualdade da assistência à saúde, através da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos do Estado e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde a população. Cabe à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) prestar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde.

3.3. Para tanto, a Subsecretaria de Urgência e Emergência, preocupada em prestar assistência de forma a atender os anseios dos munícipes, promovendo suporte diagnóstico com tecnologia condizente com as necessidades e demandas criadas pelo maior acesso aos serviços de saúde no município de Juiz de Fora, através de suas unidades de urgência e emergência, produz este Projeto Básico para que sejam credenciadas entidades com o fim a que se pretende.



4. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E VALOR DE REFERÊNCIA ATRAVÉS DA TABELA SUS COM COMPLEMENTAÇÃO PELA TABELA IPSEMG:

4.1 Quantitativos de Exames e Valores Estimados:

OBJETO	SETOR	QUANTIDADE MENSAL DE EXAMES	QUANTIDADE ANUAL DE EXAMES	VALOR ANUAL
Prestação de Serviços Eletivos e de Urgência e Emergência de imagens através dos RAIOS X, visando atender a demanda das Unidades da Secretaria de Saúde/PJF	HPS	9.905	118.860	R\$ 1.255.210,92
	PAI	500	6.000	R\$ 26.435,52
	LESTE	1.800	21.600	R\$ 484.975,92
	VALOR TOTAL ANUAL:			R\$ 1.766.622,36

*Valor Global Estimado para efeitos de julgamentos das propostas: **R\$ 1.766.622,36**.

*Soma de todos os procedimentos relacionados abaixo (Tabela SUS) *com complementação pela tabela IPSEMG*.

*A quantidade de procedimentos é estimada e a Licitante Vencedora deverá atender a demanda existente, de acordo com as solicitações da contratante, o que implica em variações nos quantitativos mensais, dentro do valor global contratual.

* Ressaltamos entretanto que o faturamento se dará de acordo com os valores de cada exame nas tabelas SUS e IPSEMG, de acordo com a produção mensal apresentada.

4.2. Está estimada a realização de 118.860 exames/procedimentos ao ano **para o HPS**, perfazendo o valor financeiro de **R\$ 1.255.210,92**.

4.3. Está estimada a realização de 6.000 exames/procedimentos ao ano **para o PAI**, perfazendo o valor financeiro de **R\$ 26.435,52**.

4.4. Está estimada a realização de 21.600 exames/procedimentos ao ano **para o Regional Leste** perfazendo o valor financeiro de **R\$ 484.975,92**.

4.4.1. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (12 MESES): R\$ 1.766.622,36

4.5. Ressaltamos que a quantidade de procedimentos é **estimada** e que a empresa adjudicatária deverá atender a demanda existente, acatando o que for autorizado pelos setores da Subsecretaria de Urgência/Emergência, sendo possível variação de quantitativo, dentro dos limites estimados mensalmente.

4.6. Valor de referência Tabela SUS/SIGTAP com complementação pela tabela IPSEMG, conforme discriminado nos **ANEXOS**, sendo disponibilizado para o atendimento dos exames de diagnóstico por radiologia, conforme produção faturada.

4.7. A contratada deverá disponibilizar entrega de relatório semanal (digital e impresso) para as unidades, constando os seguintes dados: exames realizados (somados e com valor total de cada procedimento), nome do paciente, número do Cartão SUS, data do exame, médico solicitante, valores conforme Tabela SUS, para a devida conferência e acesso das informações pelos gestores e fiscais do contrato de cada unidade, bem como cópia dos pedidos de exames realizados nas Unidades para a devida conferência pelo fiscal do contrato.

4.7.1. O relatório digital deverá permitir informações a respeito do faturamento e produção de serviços, possibilitando o cruzamento de dados diário, semanal ou mensal de exames, onde poderá



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ser verificado as seguintes informações: nome do paciente, número do Cartão SUS, data do exame, médico solicitante, exame realizado, valores conforme Tabela SUS, entre outros.

4.8. A autorização de pagamento das notas fiscais pelos gestores do contrato serão condicionadas ao cumprimento das cláusulas 4.7 e 4.7.1.

4.9. O valor referente aos serviços efetivamente prestados com base neste instrumento observará os valores unitários de cada procedimento dos grupos mencionados na cláusula primeira, conforme Tabela SUS SIGTAP com complementação pela Tabela IPSEMG vigente.

4.10. O pagamento se dará mediante apuração da produção apresentada pela CONTRATADA e aprovada pelo sistema SIGTAP/DATASUS da CONTRATANTE.

4.11. O pagamento acima descrito será reajustado na mesma proporção, com índices concedidos pelo Ministério da Saúde, garantindo o equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.080/90 e das normas gerais da Lei nº 8.666/93.

4.12. O reajuste fica condicionado a celebração de Termo Aditivo, sendo necessário constar no processo administrativo do CONTRATADO os respectivos cálculos, bem como a origem e a autorização do reajuste.

4.13. Os reajustes dos valores pagos serão os estabelecidos pela Tabela SUS do Ministério da Saúde.

4.14. O valor estimado no item 4.4.1 desta cláusula não implica em nenhuma previsão de crédito em favor do CONTRATADO, que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente autorizados pela CONTRATANTE e efetivamente prestados pelo CONTRATADO, após aprovação pelo sistema SIGTAP.

4.15. Mensalmente o CONTRATADO apresentará ao Departamento de Cadastros, Contratos, Convênios e Programação Assistencial da SS, em meio magnético, a produção realizada que passará por um processo de crítica pelo Sistema SIGTAP. Após o processamento dos dados, será efetuado o pagamento devido, dentro do valor contratado, mediante repasse do recurso pelo Ministério da Saúde.

4.16. Haverá ainda avaliação e auditoria sobre os dados apresentados, podendo ocorrer O.R. (Ordem de Recolhimento), caso seja identificada alguma irregularidade na produção apresentada. As contas rejeitadas serão objeto de análise pelos órgãos de avaliação e controle do CONTRATANTE, ficando à disposição do CONTRATADO, que terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do pagamento efetuado para apresentar recurso, que deverá ser julgado no prazo de 10 (dez) dias úteis.

4.17. Conjuntamente a apresentação da Nota fiscal, o prestador deverá enviar, também, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com validade na data de suas apresentações, condição indispensável para liberação do pagamento.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1. DOS REQUISITOS TÉCNICOS AOS PARTICIPANTES

5.1.1. Possuir Serviços Especializados específicos, próprios, conforme as normas do SUS.

5.1.2. Credenciamento obrigatório ao SUS, através do cadastro no CNES.

5.1.3. Classificação como “Serviços Especializados”, no CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES), cuja compatibilidade contempla a realização dos Procedimentos de Imagem, segundo a área especializada a saber:



Cód. Serviço	Código	Nome
121	001	Radiologia (Diagnóstico por Imagem)

5.1.4. Exigências da fase de qualificação e Habilitação do Serviço:

5.1.4.1. Licença Sanitária Inicial,

5.1.4.2. Laudo de Proteção Radiológica emitido pelo órgão competente,

5.1.4.3. Certificado de Controle de Qualidade para Imagiologia e, no que couber,

5.1.4.4. Certificado de autorização da CNEN para funcionamento de Serviços de Medicina Nuclear ou Serviços que detenham fontes radioativas.

5.1.5. A categoria classificatória pressupõe a existência de uma política de qualidade envolvendo estrutura, processo e resultado na gestão dos serviços, além de pessoal especializado, equipamentos e insumos para a realização de exames, conforme detalhado nos tópicos a seguir:

I) Infraestrutura, equipamentos e recursos humanos:

Disponibilizar todos os recursos físicos e materiais, permanentes, de consumo e insumos tais como: luvas, aventais descartáveis, esparadrapo, soluções saneantes, necessários ao desenvolvimento de procedimentos de Boas Práticas para Funcionamento de Serviços de Saúde, conforme estabelecido na RDC nº 63, de 25 de Novembro de 2011 e RDC nº 2, de 25 de Janeiro de 2010, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.

Fornecer materiais necessários a toda equipe técnica e profissionais de saúde da contratante, tais como: avental plumbífero, porta avental, protetor de órgãos genitais, protetor de tireóide, luva tipo escudo, óculos de proteção frontal e lanterna.

II) Instalações:

Todos os Serviços de que trata este termo devem atender a Resolução SMS nº 1779 de 18 de agosto de 2011 e estar em conformidade com RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde e a Portaria Federal nº 453, de 1 de Junho de 1998, que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico, dispõe sobre o uso dos raios-x diagnósticos em todo território nacional e dá outras providências.

Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, exclusivamente a pacientes em atendimento nas unidades de urgência e emergência do Município – HPS – Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira, do Departamento de Unidade Regional Leste e do Pronto Atendimento Infantil, mediante encaminhamento de médico em plantão na unidade respectiva, vinculado ao Sistema Único de Saúde, através de formulário próprio.

A Secretaria de Saúde será responsável apenas pela cessão do espaço público, ficando a cargo da contratada a estruturação local, inclusive com a instalação dos equipamentos, acessórios e mobiliários ergonômicos, observando-se, para tudo, as normas legais pertinentes.

III) Equipamentos: Radiologia (RX)

O Serviço deve dispor de equipamentos de radiodiagnóstico médico para a realização dos Procedimentos de Radiologia, listados no **Anexo I.B**, cujas condições técnicas e de operacionalidade estejam em conformidade com a legislação vigente, destacando-se:

- *Blindagem com as características requeridas;*



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- *Vestimentas de proteção individual para adultos e crianças, quando for o caso;*
- *Mesa para a acomodação do paciente/usuário;*
- *Painéis de controle com valores dos parâmetros de operação apresentados de forma clara e compreensível para o usuário;*
- *Dispositivo de Filtração do feixe útil de radiação, como recomendado;*
- *Diafragma regulável ou colimador regulável;*
- *Sistema para identificar e ajustar o centro do feixe de radiação.*
- *Monitoramento dos profissionais ocupacionalmente expostos às radiações.*
- *Sistema de armazenamento de imagens digital PACS.*
- *Sistema de radiologia digital (Não será permitido o uso de produtos químicos para revelação das imagens).*
- *Utilizar equipamentos móveis para realização de exames no leito dos pacientes conforme indicação e solicitação médica, sem alteração da qualidade do exame e obedecendo ao protocolo de segurança do paciente*

5.1.5.1. Inexistindo a necessidade do serviço de instalação a Secretaria de Saúde não arcará com qualquer valor.

IV) Recursos Humanos:

A realização de procedimentos de Imagem exige a presença de **médico especialista, com formação profissional em Radiologia para laudar os exames e quando houver necessidade de administração de contraste**, além de equipe técnica com formação competente para o desempenho das atividades desenvolvidas e devidamente registrada nos órgãos de classe.

Há compatibilidade prevista na Tabela de Procedimentos do SUS para a categoria da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme relacionada a seguir:

CBO	Especialização
225320	Médico em radiologia e diagnóstico por imagem
324115	Técnico em radiologia e imagiologia

O Responsável técnico deverá ser médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM MG, conforme RESOLUÇÃO CFM nº 1.971/2011, Capítulo II – Responsabilidade Técnica e tem sua qualificação definida pela Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde n.º 453 de 1º de junho de 1998, com base em dispositivos constitucionais e na Lei nº 8.080 de 19 de outubro de 1990, que “aprova o regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico, dispõe sobre o uso de raios X diagnósticos em todo o território nacional e dá outras providências”.

Os proponentes deverão apresentar relação de profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuam especialização para realização dos serviços, através de certificado emitido pelo órgão regulador da profissão, bem como o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade e devidamente cadastrados no CNES.

Os profissionais Técnicos de radiologia e imagem da Contratada deverão atender todas as Unidades relacionadas (HPS, REGIONAL LESTE e PAI) durante as 24 horas de funcionamento ininterruptamente.

6. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

- HPS: 10.302.0003.2282.0000. PTRES: 0000. Fonte: 0159.149.600. ND: 33903912.
- DURL: 10.302.0003.2298.5017. PTRES: 5017. Fonte: 0159.149.600. ND: 33903912.
- PAI: 10.302.0003.2298.5018. Fonte: 0159.149.600. ND: 33903912.



7. DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS

Os atendimentos serão realizados todos os dias da semana durante as 24 horas de funcionamento, ininterruptamente, conforme **Anexo I.C**, dentro das instalações do HPS, DURL e PAI. Na interrupção da prestação de serviço dentro da unidade contratante, deverá a contratada providenciar novo local para realização do objeto do contrato, ficando a responsabilidade operacional (inclusive transporte do paciente) e financeira a cargo da contratada.

8. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS PARA HABILITAÇÃO

8.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

8.2. Registro no CRM (Conselho Regional de Medicina).

8.3. Registro no CRTR (Conselho Regional de Técnico em Radiologia)

8.4. Alvará/Licença de Funcionamento, emitido pelo órgão sanitário local (DVISA), atualizado, dentro de um período de um ano.

8.5. Atestado de capacidade técnica, emitido por estabelecimento de saúde que faça uso de sistemas de capacidade semelhante, bem como as especificações técnicas exigidas neste procedimento, devidamente registrados.

8.6. Deverá apresentar **atestado de vistoria técnica** a ser fornecido pelas unidades de atendimento onde serão instalados todos os equipamentos, tomando pleno conhecimento das necessidades das unidades. O agendamento poderá ser feito em até 3 (três) dias úteis anteriores à data da licitação, com os responsáveis das unidades indicadas abaixo.

8.6.1. Unidades que emitirão os atestados de vistoria técnica:

- DURL (Departamento da Unidade Regional Leste) – Av. Brasil, 1150 – Costa Carvalho. Tel.: 3690-7658 ou 7764. Responsável: Luanda Piubello da Silva.
- PAI (Pronto Atendimento Infantil) – Av. Dos Andradas, 508 – Centro. Tel.: 3690-8250 ou 8178. Responsável: Kátia Aparecida Pedretti.
- DHMUE (Departamento do Hospital Municipal de Urgência e Emergência) – Av.: Barão do Rio Branco, 3408 – Passos. Tel.: 3690-8111 ou 8197. Responsável: Leandro de Jesus Lopes.

9. VIGÊNCIA

9.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses **a partir da assinatura do contrato**, podendo ser aditado e prorrogado, sempre respeitando os limites e condições impostas pela Lei nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

10.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.



PREFEITURA DE ILHÉUS DE FORA

10.1.2. Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a Contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

10.1.3. Proporcionar condições à Contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

10.1.4. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

10.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

10.1.6. Impedir que terceiros prestem os serviços objeto do contrato.

10.1.7. Os ambientes do estabelecimento de saúde que utilizarem os Raios-X de imagem devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pela ANVISA - RDC nº 50/2002, para Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;

10.1.8. Compete às autoridades sanitárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o licenciamento dos serviços que empregam os raios-X diagnósticos, assim como a fiscalização do cumprimento deste regulamento, sem prejuízo da observância de outros regulamentos federais, estaduais e municipais supletivos sobre a matéria.

10.1.9. Verificar o registro no Ministério da Saúde dos equipamentos de raios-X diagnósticos, componentes (tubo, cabeçote, sistema de colimação, mesa “bucky”, “bucky” mural, seriógrafo, sistema intensificador de imagem) e acessórios de proteção radiológica em radiodiagnóstico.

10.1.10. Após homologação do procedimento e início da prestação dos serviços de instalação cabe ao município exigir o Relatório de aceitação da instalação e relatório de teste de aceitação do equipamento de Raios-X, emitido pela Contratada após sua instalação com o aceite do titular do estabelecimento e relatório de levantamento radiométrico, emitido por especialista em física de radiodiagnóstico (ou certificação equivalente) comprovando a conformidade com os níveis de restrição de dose estabelecidos pelo regulamento.

10.1.11. Ceder espaço para as instalações da contratada nas unidades indicadas neste termo, sem ônus para a Contratada.

10.1.12. Indicar servidores da SS (Fiscal e Gestor do Contrato), que ficarão responsáveis pela fiscalização da execução dos serviços, e a quem caberá promover a qualquer tempo auditorias destinadas a comprovação da adequada execução dos serviços, em conformidade com os quantitativos estabelecidos e padrões de qualidade exigíveis; remeter advertências à contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória, aplicando-lhe as penalidades cabíveis.

10.1.13. Periodicamente vistoriar as condições de instalações da entidade prestadora de serviços, para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato.

10.2. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

10.2.1. Para cumprimento do objeto do contrato, a CONTRATADA deverá oferecer ao paciente todo o recurso necessário ao seu atendimento, a exemplo do discriminado abaixo:

10.2.2. O serviço será realizado dentro das unidades de urgência e emergência do Município – HPS – Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira, do Departamento de Unidade Regional Leste e do Pronto Atendimento Infantil, mediante solicitação do médico em plantão na unidade respectiva, vinculado ao Sistema Único de Saúde, através de formulário próprio.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

10.2.3. Ao iniciar a execução, a Contratada deverá apresentar relação dos profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuem especialização na área em questão, através de certificado emitido pelos órgãos competentes, bem como, o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade.

10.2.4. A Contratada deverá garantir o número de funcionários, incluindo técnicos, auxiliares e médicos radiologistas, para execução dos serviços, atendendo aos quantitativos de equipamentos necessários, conforme **Anexo I.B** e salas existentes em cada unidade de atendimento (HPS, DURL, PAI), considerando o horário de funcionamento conforme **Anexo I.C** do Termo de Referência.

10.2.5. Se no decorrer do contrato houver acréscimo ou substituição de profissional, o nome deste deverá ser encaminhado previamente à SSUE/SS, atendendo a todas as condições estipuladas no contrato.

10.2.6. Executar os serviços mediante o trabalho de sua equipe técnica, composta por pessoal especializado e habilitado, em conformidade com Resolução **CONAMA nº 358 de 2005**, a **RDC da ANVISA nº 306/2004**, **RDC 50/2002 – ANVISA**.

10.2.7. Apresentar a fatura acompanhada, mensalmente, de cópias de comprovantes de recolhimento dos encargos sociais dos funcionários, bem como todos os documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 29 da Lei nº 8.666/1993, com a redação dada pela Lei nº 12.440/2011.

10.2.8. Responder exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SS/PJF.

10.2.9. Afastar do serviço do SUS/Juiz de Fora, no prazo máximo de 24 horas, qualquer empregado que na opinião da fiscalização não execute o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou ainda, quando se comportar de forma desrespeitosa, desordenada ou indesejável, devendo haver imediata substituição a fim de não haver prejuízo na prestação dos serviços.

10.2.10. Designar um supervisor constante de seu quadro para servir de elo com a Secretaria de Saúde, sendo referência para demandas administrativas, coordenando os serviços, orientando e ordenando seus funcionários.

10.2.11. Cumprir com todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso dos equipamentos de segurança por seus empregados, por funcionários da SS e de usuários, quando necessário; implementando uma estrutura organizacional de modo a facilitar o desenvolvimento de uma cultura de segurança. Apresentar, mensalmente, Relatórios de Levantamento Radiométrico e Teste de Constância do aparelho fixo de Raio-X, conforme exigência da Vigilância Sanitária.

10.2.12. A Contratada não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato sob pena de rescisão do contrato.

10.2.13. Caberá a Contratada apresentar relatório circunstanciado contendo relação de profissionais, equipamentos disponíveis, etc. A Escala de Trabalho deverá ser fixada em local visível para conferência do Fiscal do Contrato e, qualquer alteração deverá ser comunicada à Unidade onde o serviço é realizado.

10.2.14. Repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da rede de saúde da SS.

10.2.15. Utilizar o sistema SIA/SUS, através dos instrumentos de cobrança para apresentação da produção mensal.

10.2.16. Aceitar os valores de referência à prestação dos serviços constantes da tabela de procedimentos do Ministério da Saúde (SIGTAP), e serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes



determinados pelo Ministério, quanto os classificados como Ambulatoriais, nos termos do Artigo 26, da Lei Federal nº 8.080/1990.

10.2.17. As guias de solicitação deverão ser arquivadas pelo prestador de serviços, após conferência pela Unidade onde o serviço foi prestado, em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo, para fins de controle, avaliação e auditoria.

10.2.18. As guias de autorização dos procedimentos deverão, obrigatoriamente, estar autorizadas pelo setor responsável da Secretaria de Saúde/Subsecretaria de Urgência e Emergência (SSUE), que sejam os respectivos responsáveis de cada Unidade.

10.2.19. As guias de autorização dos procedimentos deverão obrigatoriamente estarem autorizadas pelos setores responsáveis de cada unidade, e devidamente assinadas pelo profissional médico que solicitar o procedimento.

10.2.20. A contratada deverá disponibilizar entrega de relatório semanal (digital e impresso) das unidades constando os seguintes dados: exames realizados (somados e com valor total de cada procedimento), nome do paciente, número do cartão SUS, data do exame, médico solicitante, valores conforme Tabela SUS, para a devida conferência e acesso das informações pelos gestores e fiscais do contrato de cada unidade.

10.2.21. O relatório digital deverá permitir informações a respeito do faturamento e produção de serviços, possibilitando o cruzamento de dados diário, semanal ou mensal de exames, onde poderá ser verificado as seguintes informações: nome do paciente, data do exame, médico solicitante, exame realizado, valores conforme Tabela SUS, entre outros.

10.2.22. Deverá ser enviado, mensalmente, à SSUE relatório constando procedência dos pacientes com a informação de hora/data e procedimento realizado, o qual deverá ser apresentado através de sistema de informação, em conformidade com a planilha do **Anexo I.A** do Termo de Referência.

10.2.23. A autorização de pagamento das notas fiscais pelos gestores do contrato serão condicionadas ao cumprimento das cláusulas **10.2.20, 10.2.21 e 10.2.22**.

10.2.24. Não será permitida a realização de procedimentos radiológicos em pacientes que **não** estejam em processo de atendimento ou internação nas unidades de urgência e emergência da Secretaria de Saúde.

10.2.25. Providenciar manutenção preventiva mensal, o qual deverá ser apresentado através de relatório a ser entregue à Secretaria de Saúde com igual periodicidade, e corretiva, em até 24hs da ocorrência de defeito nos equipamentos utilizados para realização dos serviços.

10.2.26. O prestador deverá disponibilizar as imagens do raio-x em rede de computador interna das Unidades 24 Horas, e quando necessário em meio eletrônico (CD, DVD, Pen drive) para acompanhar ou ser entregue ao paciente ou a outro solicitante, sempre que solicitado.

10.2.27. Tratar os usuários do SUS, servidores da Prefeitura de Juiz de Fora, representantes dos Conselhos de Saúde e Ouvidoria com zelo, respeito e distinção.

10.2.28. Os resultados dos procedimentos/atendimentos deverão preservar o sigilo dos pacientes.

10.3. Quanto ao pessoal:

10.3.1. Executar os serviços mediante o trabalho de sua equipe técnica, composta por pessoal especializado e habilitado, em conformidade com o que dispõe a legislação federal.

10.3.2. Designar um supervisor constante de seu quadro para servir de elo com a Secretaria de Saúde, sendo referência para demandas administrativas, coordenando os serviços, orientando e ordenando seus funcionários.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

10.3.3. Cumprir todas as normas legais e regulamentares de medicina e segurança do trabalho, inclusive o uso por seus funcionários de uniformes e crachás de identificação, equipamento de proteção individual incluindo dosímetros de radiação.

10.3.4. Fornecer, ainda, materiais necessários a toda equipe técnica e profissionais de saúde da contratante, tais como: avental plumbífero, porta avental, protetor de órgãos genitais, protetor de tireóide, luva tipo escudo, óculos de proteção frontal e lanterna.

10.3.5. Responsabilizar-se pela totalidade do pessoal para execução dos serviços, ficando claro que o Município, através da Secretaria de Saúde, não fornecerá pessoal, mesmo que em caráter temporário, para o exercício de atividades objeto do contrato.

10.3.6. Realizar o serviço de forma ininterrupta, dentro de horário estabelecido para a unidade. Assim, não serão admitidas interrupções para refeições ou descanso. Se for necessário intervalo para refeições ou descanso de funcionários, os mesmos deverão ser substituídos por outros.

10.3.7. Se no decorrer do contrato houver acréscimo ou substituição de profissional, o nome deste deverá ser encaminhado previamente à SS/SSUE, atendendo a todas as condições estipuladas no edital, termo de referência e contrato.

10.4. Quanto aos equipamentos/insumos:

10.4.1. Disponibilizar equipamentos novos, ou com no máximo 02 (dois) anos de uso, comprovado por nota fiscal, que atendam às exigências da ANVISA e demais legislações sobre a matéria.

10.4.2. Propiciar manutenção preventiva e corretiva, instalação e substituição dos equipamentos sempre que necessário.

10.4.3. Disponibilizar o quantitativo de equipamentos necessários à prestação de um serviço de qualidade, de acordo com o perfil e demanda de cada Unidade; observando a quantidade mínima exigida no contrato.

10.4.4. Fornecer toda a mão de obra, equipamentos e insumos necessários à elaboração dos procedimentos.

10.4.5. Responsabilizar-se pelo descarte de todo material usado.

10.4.6. Fornecer quaisquer insumos de enfermagem, materiais administrativos, de higiene e limpeza necessários para prestação do serviço.

10.4.7. Prover Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a proteção dos pacientes, inclusive os descartáveis, da equipe (da contratante e contratada) e de eventuais acompanhantes.

10.5. Quanto à organização/operacionalização/controle:

10.5.1. Medir periodicamente, de acordo com as normas de segurança e diretrizes de proteção radiológica em radiodiagnóstico, o nível de radioatividade emitido pelos equipamentos no ambiente **(da contratante e contratada)**.

10.5.2. Implementar o programa de garantia da qualidade e manter os assentamentos dos dados obtidos, incluindo informações sobre ações corretivas; bem como apoiar o SPR (escrever por extenso) nos programas de garantia de qualidade da imagem e otimização da proteção radiológica.

10.5.3. Zelar pela integridade dos assentamentos por cinco anos, exceto de dados de monitoração individual que devem ser armazenados por um período mínimo de 30 anos após o término da atividade com



radiação, exercida pelo indivíduo monitorado. Deverão ser utilizados meios adequados e armazenamento digital.

10.5.4. Estabelecer e implementar padrões de qualidade de imagem e verificar a sua manutenção; em conformidade com as Normas para Processo de Avaliação NR: NA 6/1 – ONA.

10.5.5. O programa de garantia de qualidade deverá incluir, o assentamento dos testes e avaliações realizadas e os resultados obtidos, assim como a documentação e verificação dos procedimentos operacionais e das tabelas de exposição, considerando os requisitos de proteção radiológica estabelecidos no Regulamento.

10.5.6. Manter a atualização do Relatório de Levantamento Radiométrico e Medida de Radiação de Fuga e Relatório de Testes de Constância de todos os equipamentos e contratada (Portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998).

10.5.7. Fornecer um Plano Operacional Padrão (POP) da destinação final dos resíduos químicos, considerando o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS (RDC 306 de 07/12/2004 e Resolução CONAMA 358/2005).

10.5.8 Assegurar à autoridade sanitária livre acesso a todas as dependências do serviço e manter à disposição todos os assentamentos e documentos especificados em regulamento (portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998).

10.5.9. Investigar causas de desconformidade com as leis que regulam o exercício da atividade, identificando circunstâncias e consequências, adotando, ainda, as medidas cabíveis para corrigir as falhas detectadas e prevenir a recorrência de infrações similares, com apresentação de medidas corretivas das não-conformidades.

10.5.10. Disponibilizar entrega de relatório semanal (digital e impresso) das unidades constando os seguintes dados: exames realizados (somados e com valor total de cada procedimento), nome do paciente, número do cartão SUS, data do exame, médico solicitante, valores conforme Tabela SUS, para a devida conferência e acesso das informações pelos gestores e fiscais do contrato de cada unidade, bem como cópia dos pedidos de exames realizados nas Unidades para a devida conferência pelo fiscal do contrato. (Para o Durl, cópia de todos os pedidos de exames realizados na unidade.)

10.5.11. A qualquer tempo, o município poderá fiscalizar e solicitar as comprovações de que os funcionários da empresa possuem situação regular perante o INSS, FGTS e CRM e que atendam aos requisitos deste instrumento.

10.5.12. O prestador deverá disponibilizar as imagens dos raios-x em rede de computador interna das Unidades 24 Horas, e quando necessário em meio eletrônico (CD, DVD, Pen drive) ou ainda impresso para acompanhar ou ser entregue ao paciente ou a outro solicitante, sempre que solicitado.

10.5.13. É obrigatório que as clínicas tenham prontuário dos pacientes atendidos, onde devem ser anotados os dados dos pacientes pessoais e clínicos.

10.5.14. Apresentar, mensalmente, e/ou a qualquer momento que se fizer necessário, relatório dos exames realizados, por paciente e procedência do mesmo, anexando a relação de solicitações autorizadas e o resultado do exame, para auditoria. A relação dos procedimentos realizados, por competência, deverá ser entregue junto ao faturamento dos serviços realizados na competência.

10.5.15. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



11. DO PAGAMENTO

11.1. O valor para pagamento do serviço será realizado de acordo com a produção por procedimento realizado, utilizando a tabela SIGTAP/DATASUS do Ministério da Saúde como parâmetro. Serão considerados, para fins de pagamento, apenas os procedimentos realizados dentro dos padrões de qualidade exigidos no contrato.

11.1.1. Por força do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, os valores de pagamento são previamente fixados pelo Gestor do SUS, com base no valor atual da Tabela de Procedimentos do Ministério da Saúde SIGTAP/DATASUS disponibilizada através do site: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>.

11.1.2. O pagamento será feito mediante apresentação mensal, da produção ambulatorial dos procedimentos, por meio dos instrumentos de registro através do Sistema BPA – Boletim de Produção Ambulatorial disponibilizado pelo Ministério da Saúde/DATASUS no site do DATASUS, o pagamento será em até 30 (trinta) dias a partir da data da apresentação da fatura com o devido atesto (Lei nº 8666/93, art. 40, inciso XIV, alínea "a") e efetuado pelo Departamento de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil/SSAF da SS, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura junto a unidade requisitante:

Banco: Agência: Conta corrente: Localidade:

11.1.3. Os reajustes dos valores pagos serão os estabelecidos pela Tabela SUS do Ministério da Saúde.

11.1.4. A prestação de contas será feita, segundo cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Saúde.

11.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

11.3. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

11.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **11.3** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Secretaria de Saúde autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à credenciada, das penalidades previstas.

11.5. A Secretaria de Saúde poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela contratada, por força da contratação.

11.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem **11.5**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

11.7. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

11.8. Junto a nota fiscal, que deverá ser emitida em 02 VIAS, a contratada deverá apresentar as documentações relativas às Certidões Negativas de Débito de acordo com o art. 29 da lei de licitações n.º 8.666/1993.



12. DAS PENALIDADES

12.1. Os casos de inexecução do objeto conforme contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

12.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

12.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

12.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

12.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **12.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

12.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **12.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

12.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

12.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

12.8. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.9. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.



13. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do serviço, serão realizados pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade.

13.2. A CONTRATANTE acompanhará a execução do Contrato, avaliando o CONTRATADO através do Órgão Competente da Secretaria de Saúde, utilizando-se de procedimentos de supervisão indireta ou local, observando o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento, e de quaisquer outros dados pertinentes ao controle e avaliação dos serviços prestados e sob critérios definidos em normatização complementar, e, ainda, em casos específicos, determinar auditoria especializada.

13.3. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pela CONTRATANTE sob a execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste Instrumento, o CONTRATADO reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrentes da Lei Orgânica de Saúde.

13.4. O CONTRATADO facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE, designados para tal.

14. DAS RETENÇÕES

14.1. ISSQN: A alíquota de ISS incidente sobre os serviços é de 3% (três por cento), nos termos do Art. 47, item 4.02 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local de estabelecimento do prestador.

14.1.1. Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota que está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (Resolução CGSN nº 140, de 22 de Maio de 2018 e suas alterações e retificações), que dispõe sobre o Simples Nacional).

14.2. INSS e IRRF: A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da Prefeitura de Juiz de Fora na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ANEXO I.A

VALORES UNITÁRIOS POR PROCEDIMENTO – TABELA SUS – COMPLEMENTAÇÃO REFERENCIADA PELA TABELA IPSEMG

CÓDIGO	TIPO DE EXAME	PRODUÇÃO		
		VALOR TABELA		COMPLEMENTO
		SUS	IPSEMG	
204010039	ORBITAS - PA + OBL + HIRTZ	R\$ 8,38	R\$ 22,50	R\$ 14,12
204010047	ARCADA ZIGOMÁTICA E MALAR AP+OBLÍQUAS	R\$ 6,96	R\$ 19,95	R\$ 12,99
204010055	ARTICULAÇÃO TÊMPORO MANDIBULAR	R\$ 8,38	R\$ 22,20	R\$ 13,82
204010063	CAVUM LATERAL +HIRTZ	R\$ 6,88	R\$ 21,15	R\$ 14,27
204010071	CRANIO: PA +LATERAL +BRETTON	R\$ 9,15	R\$ 21,95	R\$ 12,80
204010080	CRANIO PA LATERAL	R\$ 7,52	R\$ 20,20	R\$ 12,68
204010098	LARINGE	R\$ 5,74	R\$ 48,30	R\$ 42,56
204010101	MASTOIDE	R\$ 9,03	R\$ 28,62	R\$ 19,59
204010110	MAXILAR PA+OBLÍQUAS	R\$ 7,20	R\$ 19,50	R\$ 12,30
204010128	OSSOS DE FACE: MN+LATERAL+HIRTZ	R\$ 8,38	R\$ 22,20	R\$ 13,82
204010144	SEIOS DA FACE: FN+MN+LATERAL+HIRTZ)	R\$ 7,32	R\$ 22,20	R\$ 14,88
204010152	SELA TÚRSICA LATREREL BRETON *	R\$ 7,20	R\$ 21,90	R\$ 14,70
204010187	RADIOGRAFIA PERI-APICAL	R\$ 1,75	R\$ 6,06	R\$ 4,31
204020034	COLUNA CERVICAL+ AP+ LAT + T + OBL. *	R\$ 8,33	R\$ 33,45	R\$ 25,12
204020042	COLUNA CERVICAL : AP+LATERAL+TO OU FLEXÃO *	R\$ 8,19	R\$ 33,45	R\$ 25,26
204020069	COLUNA LOMBO SACRA	R\$ 10,96	R\$ 24,01	R\$ 13,05
204020077	COLUNA LOMBO C. OBL.	R\$ 14,90	R\$ 33,45	R\$ 18,55
204020085	COLUNA CERVICAL FUNCIONAL OU DINÂMICA *	R\$ 16,88	R\$ 16,88	R\$ 0,00
204020093	COLUNA TORAXICA: AP. + LATERAL *	R\$ 9,16	R\$ 9,16	R\$ 0,00
204020107	COLUNA TORACO-LOMBAR *	R\$ 9,73	R\$ 15,58	R\$ 5,85
204020115	COLUNA TORACO-LOMBAR DINÂMICA *	R\$ 15,58	R\$ 15,58	R\$ 0,00
204020123	SACRO - COCCIX	R\$ 7,80	R\$ 21,90	R\$ 14,10
204020131	COLUNA DORSO -LOMBAR P. ESCOLIÓSE	R\$ 0,00	R\$ 33,85	R\$ 33,85
204030064	CORAÇÃO E VASOS DA BASE: PA. LATERAL	R\$ 9,05	R\$ 29,95	R\$ 20,90
204030072	COSTELA POR HEMITÓRAX	R\$ 8,37	R\$ 21,24	R\$ 12,87
204030080	ESOFAGO	R\$ 19,24	R\$ 28,95	R\$ 9,71
204030099	ESTERNO	R\$ 7,98	R\$ 20,95	R\$ 12,97
204030102	MEDIASTINO (PA E PERFIL)	R\$ 8,73	R\$ 48,30	R\$ 39,57
204030110	PNEUMOMEDIASTINO *	R\$ 27,27	R\$ 27,27	R\$ 0,00
204030129	TORAX:ÁPICO LORDÓLICA *	R\$ 5,56	R\$ 21,86	R\$ 16,30
204030137	TÓRAX (PA+INSPIRAÇÃO+EXPIRAÇÃO+LATERAL)	R\$ 14,32	R\$ 30,95	R\$ 16,63
204030145	TORÁX: PA + LATERAL+OBL.	R\$ 12,02	R\$ 27,72	R\$ 15,70
204030153	TORÁX: PA + PERFIL	R\$ 9,50	R\$ 21,86	R\$ 12,36
204030161	TÓRAX (PA PADRÃO OIT) *	R\$ 6,55	R\$ 17,85	R\$ 11,30
204030170	TORÁX: PA	R\$ 6,88	R\$ 17,85	R\$ 10,97
204040019	ANTEBRAÇO	R\$ 6,42	R\$ 17,95	R\$ 11,53
204040027	ARTICULAÇÃO ACRÔMIO CLAVICULAR	R\$ 7,40	R\$ 18,45	R\$ 11,05
204040035	ARTICULAÇÃO ACRÔMIO-UMERAL	R\$ 7,40	R\$ 18,45	R\$ 11,05
204040043	ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR	R\$ 7,40	R\$ 19,20	R\$ 11,80
204040051	BRAÇO	R\$ 7,77	R\$ 19,50	R\$ 11,73
204040060	CLAVICULA	R\$ 7,40	R\$ 19,50	R\$ 12,10
204040078	COTOVELO	R\$ 5,90	R\$ 15,85	R\$ 9,95
204040086	DEDOS DA MÃO	R\$ 5,62	R\$ 15,75	R\$ 10,13
204040094	MÃO (2 INCIDÊNCIAS)	R\$ 6,30	R\$ 15,75	R\$ 9,45
204040108	MÃOS E PUNHOS P. IDADE OSSEA	R\$ 6,00	R\$ 15,90	R\$ 9,90
204040116	OMOPLATA OU OMBRO TRÊS POSIÇÕES	R\$ 7,98	R\$ 20,95	R\$ 12,97
204040124	PUNHO: AP+LATERAL+OBLI	R\$ 6,91	R\$ 15,90	R\$ 8,99
204050111	ABDOMEN AP. LAT. OU LOCALIZADA	R\$ 10,73	R\$ 22,35	R\$ 11,62
204050120	ABDOMEN AGUDO	R\$ 15,30	R\$ 33,20	R\$ 17,90
204050138	ABDOMEN SIMPLES: AP	R\$ 7,17	R\$ 19,25	R\$ 12,08
204050154	TRANSIÇÃO DELGADO	R\$ 47,59	R\$ 50,25	R\$ 2,66
204060010	ARTROGRAFIA	R\$ 45,34	R\$ 50,80	R\$ 5,46
204060036	ESCANOMETRIA	R\$ 7,77	R\$ 18,40	R\$ 10,63
204060052	PLANIGRAFIA DE OSSO EM 2 PLANOS	R\$ 18,68	R\$ 36,55	R\$ 17,87
204060060	ARTICULAÇÃO COXO FEMURAL	R\$ 7,77	R\$ 20,00	R\$ 12,23
204060079	ARTICULAÇÃO SACRO ILIACA	R\$ 7,77	R\$ 19,45	R\$ 11,68
204060087	ARTICULAÇÃO TIBIO TARSICA	R\$ 6,50	R\$ 16,32	R\$ 9,82
204060095	BACIA	R\$ 7,77	R\$ 18,38	R\$ 10,61
204060109	CALCANEO	R\$ 6,50	R\$ 16,95	R\$ 10,45
204060117	COXA	R\$ 8,94	R\$ 21,40	R\$ 12,46
204060125	JOELHO AP+LATERAL	R\$ 6,78	R\$ 19,42	R\$ 12,64
204060133	JOELHO OU ROTULA : AP+LAT+AXIAIS	R\$ 7,16	R\$ 20,21	R\$ 13,05
204060141	JOELHO OU ROTULA : AP+LAT+3 AXIAIS	R\$ 9,29	R\$ 20,21	R\$ 10,92
204060150	PÉ OU PODODAC	R\$ 6,78	R\$ 16,32	R\$ 9,54
204060168	PERNA	R\$ 8,94	R\$ 19,90	R\$ 10,96
204060176	RADIOGRAFIA PANORÂMICA DOS MEMBROS INFERIORES	R\$ 9,29	R\$ 30,25	R\$ 20,96
	TOTAL / MÊS	R\$ 659,46	R\$ 1.531,55	R\$ 872,09

* Os procedimentos não encontrado com a mesma descrição na tabela do IPSEMG.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ANEXO I.B

A) HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO DR. MOZART GERALDO TEIXEIRA (HPS)

- 01 Aparelho de Raio-x Digital de alta frequência de 600 MA microprocessado com mesa e Buck Mural - Sala 01.
- 01 Aparelho de Raio-x Digital de alta Frequência de 600 MA, com mesa e Buck Mural – Sala 03.
- 02 Aparelhos de Raio-x Digital Portátil Unimax – 80 MA- localizado no CTI e UI.
- Sistema para distribuição e visualização das imagens nos consultórios e CTI/UI.

B) DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA LESTE (DURL)

- 01 Aparelho de Raio-x de 500MA microprocessado Digital com mesa fixa e Buck Mural.
- 01 Processadora automática

C) PRONTO ATENDIMENTO INFANTIL (PAI)

- 01 Aparelho de Raio-x de 300MA microprocessado Digital com mesa e Buck Mural
- 01 Processadora automática



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ANEXO I.C

HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO Dr. MOZART GERALDO TEIXEIRA - HPS				
	Carga Horária			
	<i>De Segunda-feira a Sábado</i>			
Profissional	De 7h às 11h	De 11h às 15h	De 15h às 19h	De 19h às 7h
Técnico em Radiologia	2	2	2	6
Auxiliar de Câmaras Escuras e Claras	1	1	1	-
<i>Aos Domingos</i>				
Profissional	De 7h às 19h		De 19h às 7h	
Técnico em Radiologia	2		2	

DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA LESTE - DURL				
	Carga Horária			
	<i>De Segunda-feira a Sábado</i>			
Profissional	De 7h às 11h	De 11h às 15h	De 15h às 19h	De 19h às 7h
Técnico em Radiologia	1	1	1	3
<i>Aos Domingos</i>				
Profissional	De 7h às 19h		De 19h às 7h	
Técnico em Radiologia	1		1	

PRONTO ATENDIMENTO INFANTIL - PAI				
	Carga Horária			
	<i>De Segunda-feira a Sábado</i>			
Profissional	De 7h às 11h	De 11h às 15h	De 15h às 19h	De 19h às 7h
Técnico em Radiologia	1	1	1	1
<i>Aos Domingos</i>				
Profissional	De 7h às 19h		De 19h às 7h	
Técnico em Radiologia	1		1	



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 275/2021 - SS

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM E A

(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)

O (a), neste ato representado por seu(ua), Sr(a)., brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado, com a interveniência da de, neste ato representada por seu(ua)(a) Sr(a)., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº e Secretária, neste ato representada por seu Sr., brasileiro, inscrito no CPF nº, portador da CI nº, doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária estabelecida à rua nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 275/2021**, conforme consta do **processo** administrativo eletrônico nº **11.381/2021**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento a **prestação de serviço de radiologia com instalação de equipamento de Raio X, incluindo fornecimento de materiais e insumos, profissionais em radiologia e manutenção técnica preventiva e corretiva** conforme especificações do edital e anexos do **Pregão Eletrônico nº 275/2021**, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. Tem por objeto a contratação por um **período de 12 (doze) meses** para prestação de serviços de urgência e emergência de imagens através de RAIOS-X, visando atender a demanda da Subsecretaria de Urgência/Emergência - SSUE/SS/PJF, nas unidades de saúde Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira (HPS); Departamento de Unidade Regional Leste (DURL) e Pronto Atendimento Infantil (PAI), tendo como referência de preço a tabela SUS/SIGTAP com complementação pela tabela IPSEMG.

1.3. Atendidas as exigências legais, e presente a necessidade à prestação dos serviços, terão prioridade as Unidades Prestadoras de Serviços de caráter filantrópico ou as sem fins lucrativos, conforme o prescrito no parágrafo 1º do art. 199 da Constituição Federal, observando a legislação específica federal e municipal, bem como o disposto no Termo Contratual, no Edital e no Termo de Referência.

1.4. Integram ainda este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital, o Termo de Referência e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, constantes do Processo Licitatório Eletrônico nº 11.381/2021 – Pregão Eletrônico nº 275/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O presente contrato tem o valor global previsto de R\$ (.....), conforme preço registrado, que é de pleno conhecimento das partes, sendo os valores unitários os seguintes:

Item	Quant.	Descrição	Valor unitário



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.2. Estão inclusos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

2.3. O valor para pagamento do serviço será realizado de acordo com a produção por procedimento realizado, utilizando a tabela SIGTAP/DATASUS do Ministério da Saúde como parâmetro. Serão considerados, para fins de pagamento, apenas os procedimentos realizados dentro dos padrões de qualidade exigidos no contrato.

2.3.1. Por força do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, os valores de pagamento são previamente fixados pelo Gestor do SUS, com base no valor atual da Tabela de Procedimentos do Ministério da Saúde SIGTAP/DATASUS disponibilizada através do site: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>.

2.3.2. O pagamento será feito mediante apresentação mensal, da produção ambulatorial dos procedimentos, por meio dos instrumentos de registro através do Sistema BPA – Boletim de Produção Ambulatorial disponibilizado pelo Ministério da Saúde/DATASUS no site do DATASUS, o pagamento será em até 30 (trinta) dias a partir da data da apresentação da fatura com o devido atesto (Lei nº 8666/93, art. 40, inciso XIV, alínea "a") e efetuado pelo Departamento de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil/SSAF da SS, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura junto a unidade requisitante:

Banco: Agência: Conta corrente: Localidade:

2.3.3. Os reajustes dos valores pagos serão os estabelecidos pela Tabela SUS do Ministério da Saúde.

2.3.4. A prestação de contas será feita, segundo cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Saúde.

2.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

2.5. Para efeito de cada pagamento a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

2.6. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item **2.4** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Secretaria de Saúde autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à credenciada, das penalidades previstas.

2.7. A Secretaria de Saúde poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela contratada, por força da contratação.

2.8. Quando ocorrer a situação prevista no subitem **2.7**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

2.9. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

2.10. Junto a nota fiscal, que deverá ser emitida em 02 VIAS, a contratada deverá apresentar as documentações relativas às Certidões Negativas de Débito de acordo com o art. 29 da lei de licitações n.º 8.666/1993.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.11. ISSQN: A alíquota de ISS incidente sobre os serviços é de 3% (três por cento), nos termos do Art. 47, item 4.02 da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local de estabelecimento do prestador.

2.11.1. Caso a empresa seja do SIMPLES NACIONAL, a mesma deverá informar a alíquota que está enquadrada de acordo com sua receita bruta para efeito de retenção do ISSQN (Resolução CGSN nº 140, de 22 de Maio de 2018 e suas alterações e retificações), que dispõe sobre o Simples Nacional).

2.12. INSS e IRRF: A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da Prefeitura de Juiz de Fora na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php

2.13. A contratada deverá disponibilizar entrega de relatório semanal (digital e impresso) para as unidades, constando os seguintes dados: exames realizados (somados e com valor total de cada procedimento), nome do paciente, número do Cartão SUS, data do exame, médico solicitante, valores conforme Tabela SUS, para a devida conferência e acesso das informações pelos gestores e fiscais do contrato de cada unidade, bem como cópia dos pedidos de exames realizados nas Unidades para a devida conferência pelo fiscal do contrato.

2.13.1. O relatório digital deverá permitir informações a respeito do faturamento e produção de serviços, possibilitando o cruzamento de dados diário, semanal ou mensal de exames, onde poderá ser verificado as seguintes informações: nome do paciente, número do Cartão SUS, data do exame, médico solicitante, exame realizado, valores conforme Tabela SUS, entre outros.

2.14. A autorização de pagamento das notas fiscais pelos gestores do contrato serão condicionadas ao cumprimento das cláusulas **2.13 e 2.13.1.**

2.15. O valor referente aos serviços efetivamente prestados com base neste instrumento observará os valores unitários de cada procedimento dos grupos mencionados na cláusula primeira, conforme Tabela SUS SIGTAP com complementação pela Tabela IPSEMG vigente.

2.16. O pagamento se dará mediante apuração da produção apresentada pela CONTRATADA e aprovada pelo sistema SIGTAP/DATASUS da CONTRATANTE.

2.17. O pagamento acima descrito será reajustado na mesma proporção, com índices concedidos pelo Ministério da Saúde, garantindo o equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.080/90 e das normas gerais da Lei nº 8.666/93.

2.18. O reajuste fica condicionado a celebração de Termo Aditivo, sendo necessário constar no processo administrativo do CONTRATADO os respectivos cálculos, bem como a origem e a autorização do reajuste.

2.19. Os reajustes dos valores pagos serão os estabelecidos pela Tabela SUS do Ministério da Saúde.

2.20. O valor estimado não implica em nenhuma previsão de crédito em favor do CONTRATADO, que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente autorizados pela CONTRATANTE e efetivamente prestados pelo CONTRATADO, após aprovação pelo sistema SIGTAP.

2.21. Mensalmente o CONTRATADO apresentará ao Departamento de Cadastros, Contratos, Convênios e Programação Assistencial da SS, em meio magnético, a produção realizada que passará por um processo de crítica pelo Sistema SIGTAP. Após o processamento dos dados, será efetuado o pagamento devido, dentro do valor contratado, mediante repasse do recurso pelo Ministério da Saúde.

2.22. Haverá ainda avaliação e auditoria sobre os dados apresentados, podendo ocorrer O.R. (Ordem de Recolhimento), caso seja identificada alguma irregularidade na produção apresentada. As contas rejeitadas serão objeto de análise pelos órgãos de avaliação e controle do CONTRATANTE, ficando à disposição do



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONTRATADO, que terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do pagamento efetuado para apresentar recurso, que deverá ser julgado no prazo de 10 (dez) dias úteis.

2.23. Conjuntamente a apresentação da Nota fiscal, o prestador deverá enviar, também, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, com validade na data de suas apresentações, condição indispensável para liberação do pagamento.

2.24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação nº

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO

3.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses **a partir da assinatura do contrato**, podendo ser aditado e prorrogado, sempre respeitando os limites e condições impostas pela Lei nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1. DOS REQUISITOS TÉCNICOS

4.1.1. Possuir Serviços Especializados específicos, próprios, conforme as normas do SUS.

4.1.2. Credenciamento obrigatório ao SUS, através do cadastro no CNES.

4.1.3. Classificação como “Serviços Especializados”, no CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (CNES), cuja compatibilidade contempla a realização dos Procedimentos de Imagem, segundo a área especializada a saber:

Cód. Serviço	Código	Nome
121	001	Radiologia (Diagnóstico por Imagem)

4.1.4. Exigências da fase de qualificação e Habilitação do Serviço:

4.1.4.1. Licença Sanitária Inicial,

4.1.4.2. Laudo de Proteção Radiológica emitido pelo órgão competente,

4.1.4.3. Certificado de Controle de Qualidade para Imagiologia e, no que couber,

4.1.4.4. Certificado de autorização da CNEN para funcionamento de Serviços de Medicina Nuclear ou Serviços que detenham fontes radioativas.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.1.5. A categoria classificatória pressupõe a existência de uma política de qualidade envolvendo estrutura, processo e resultado na gestão dos serviços, além de pessoal especializado, equipamentos e insumos para a realização de exames, conforme detalhado nos tópicos a seguir:

I) Infraestrutura, equipamentos e recursos humanos:

Disponibilizar todos os recursos físicos e materiais, permanentes, de consumo e insumos tais como: luvas, aventais descartáveis, esparadrapo, soluções saneantes, necessários ao desenvolvimento de procedimentos de Boas Práticas para Funcionamento de Serviços de Saúde, conforme estabelecido na RDC nº 63, de 25 de Novembro de 2011 e RDC nº 2, de 25 de Janeiro de 2010, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde.

Fornecer materiais necessários a toda equipe técnica e profissionais de saúde da contratante, tais como: avental plumbífero, porta avental, protetor de órgãos genitais, protetor de tireóide, luva tipo escudo, óculos de proteção frontal e lanterna.

II) Instalações:

Todos os Serviços de que trata este termo devem atender a Resolução SMS nº 1779 de 18 de agosto de 2011 e estar em conformidade com RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde e a Portaria Federal nº 453, de 1 de Junho de 1998, que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico, dispõe sobre o uso dos raios-x diagnósticos em todo território nacional e dá outras providências.

Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, exclusivamente a pacientes em atendimento nas unidades de urgência e emergência do Município – HPS – Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira, do Departamento de Unidade Regional Leste e do Pronto Atendimento Infantil, mediante encaminhamento de médico em plantão na unidade respectiva, vinculado ao Sistema Único de Saúde, através de formulário próprio.

A Secretaria de Saúde será responsável apenas pela cessão do espaço público, ficando a cargo da contratada a estruturação local, inclusive com a instalação dos equipamentos, acessórios e mobiliários ergonômicos, observando-se, para tudo, as normas legais pertinentes.

III) Equipamentos: Radiologia (RX)

O Serviço deve dispor de equipamentos de radiodiagnóstico médico para a realização dos Procedimentos de Radiologia, listados no **Anexo I.B**, cujas condições técnicas e de operacionalidade estejam em conformidade com a legislação vigente, destacando-se:

- *Blindagem com as características requeridas;*
- *Vestimentas de proteção individual para adultos e crianças, quando for o caso;*
- *Mesa para a acomodação do paciente/usuário;*
- *Painéis de controle com valores dos parâmetros de operação apresentados de forma clara e compreensível para o usuário;*
- *Dispositivo de Filtração do feixe útil de radiação, como recomendado;*
- *Diafragma regulável ou colimador regulável;*
- *Sistema para identificar e ajustar o centro do feixe de radiação.*
- *Monitoramento dos profissionais ocupacionalmente expostos às radiações.*
- *Sistema de armazenamento de imagens digital PACS.*
- *Sistema de radiologia digital (Não será permitido o uso de produtos químicos para revelação das imagens).*
- *Utilizar equipamentos móveis para realização de exames no leito dos pacientes conforme indicação e solicitação médica, sem alteração da qualidade do exame e obedecendo ao protocolo de segurança do paciente*



4.1.5.1. Inexistindo a necessidade do serviço de instalação a Secretaria de Saúde não arcará com qualquer valor.

IV) Recursos Humanos:

A realização de procedimentos de Imagem exige a presença de **médico especialista, com formação profissional em Radiologia para laudar os exames e quando houver necessidade de administração de contraste**, além de equipe técnica com formação competente para o desempenho das atividades desenvolvidas e devidamente registrada nos órgãos de classe.

Há compatibilidade prevista na Tabela de Procedimentos do SUS para a categoria da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme relacionada a seguir:

CBO	Especialização
225320	Médico em radiologia e diagnóstico por imagem
324115	Técnico em radiologia e imagiologia

O Responsável técnico deverá ser médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM MG, conforme RESOLUÇÃO CFM nº 1.971/2011, Capítulo II – Responsabilidade Técnica e tem sua qualificação definida pela Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde n.º 453 de 1º de junho de 1998, com base em dispositivos constitucionais e na Lei nº 8.080 de 19 de outubro de 1990, que “aprova o regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico, dispõe sobre o uso de raios X diagnósticos em todo o território nacional e dá outras providências”.

A contratada deverá apresentar relação de profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuam especialização para realização dos serviços, através de certificado emitido pelo órgão regulador da profissão, bem como o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade e devidamente cadastrados no CNES.

Os profissionais Técnicos de radiologia e imagem da Contratada deverão atender todas as Unidades relacionadas (HPS, REGIONAL LESTE e PAI) durante as 24 horas de funcionamento ininterruptamente.

4.2. DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS

Os atendimentos serão realizados todos os dias da semana durante as 24 horas de funcionamento, ininterruptamente, conforme **Anexo I.C**, dentro das instalações do HPS, DURL e PAI. Na interrupção da prestação de serviço dentro da unidade contratante, deverá a contratada providenciar novo local para realização do objeto do contrato, ficando a responsabilidade operacional (inclusive transporte do paciente) e financeira a cargo da contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1. RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

5.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

5.1.2. Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a Contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

5.1.3. Proporcionar condições à Contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.1.4. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

5.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

5.1.6. Impedir que terceiros prestem os serviços objeto do contrato.

5.1.7. Os ambientes do estabelecimento de saúde que utilizarem os Raios-X de imagem devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pela ANVISA - RDC nº 50/2002, para Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde;

5.1.8. Compete às autoridades sanitárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o licenciamento dos serviços que empregam os raios-X diagnósticos, assim como a fiscalização do cumprimento deste regulamento, sem prejuízo da observância de outros regulamentos federais, estaduais e municipais supletivos sobre a matéria.

5.1.9. Verificar o registro no Ministério da Saúde dos equipamentos de raios-X diagnósticos, componentes (tubo, cabeçote, sistema de colimação, mesa “bucky”, “bucky” mural, seriógrafo, sistema intensificador de imagem) e acessórios de proteção radiológica em radiodiagnóstico.

5.1.10. Após homologação do procedimento e início da prestação dos serviços de instalação cabe ao município exigir o Relatório de aceitação da instalação e relatório de teste de aceitação do equipamento de Raios-X, emitido pela Contratada após sua instalação com o aceite do titular do estabelecimento e relatório de levantamento radiométrico, emitido por especialista em física de radiodiagnóstico (ou certificação equivalente) comprovando a conformidade com os níveis de restrição de dose estabelecidos pelo regulamento.

5.1.11. Ceder espaço para as instalações da contratada nas unidades indicadas neste termo, sem ônus para a Contratada.

5.1.12. Indicar servidores da SS (Fiscal e Gestor do Contrato), que ficarão responsáveis pela fiscalização da execução dos serviços, e a quem caberá promover a qualquer tempo auditorias destinadas a comprovação da adequada execução dos serviços, em conformidade com os quantitativos estabelecidos e padrões de qualidade exigíveis; remeter advertências à contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória, aplicando-lhe as penalidades cabíveis.

5.1.13. Periodicamente vistoriar as condições de instalações da entidade prestadora de serviços, para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas na ocasião da assinatura do contrato.

5.2. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

5.2.1. Para cumprimento do objeto do contrato, a CONTRATADA deverá oferecer ao paciente todo o recurso necessário ao seu atendimento, a exemplo do discriminado abaixo:

5.2.2. O serviço será realizado dentro das unidades de urgência e emergência do Município – HPS – Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Geraldo Teixeira, do Departamento de Unidade Regional Leste e do Pronto Atendimento Infantil, mediante solicitação do médico em plantão na unidade respectiva, vinculado ao Sistema Único de Saúde, através de formulário próprio.

5.2.3. Ao iniciar a execução, a Contratada deverá apresentar relação dos profissionais que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuem especialização na área em questão, através de certificado emitido pelos órgãos competentes, bem como, o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade.

5.2.4. A Contratada deverá garantir o número de funcionários, incluindo técnicos, auxiliares e médicos radiologistas, para execução dos serviços, atendendo aos quantitativos de equipamentos necessários,



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

conforme **Anexo I.B** e salas existentes em cada unidade de atendimento (HPS, DURL, PAI), considerando o horário de funcionamento conforme **Anexo I.C**.

5.2.5. Se no decorrer do contrato houver acréscimo ou substituição de profissional, o nome deste deverá ser encaminhado previamente à SSUE/SS, atendendo a todas as condições estipuladas no contrato.

5.2.6. Executar os serviços mediante o trabalho de sua equipe técnica, composta por pessoal especializado e habilitado, em conformidade com Resolução **CONAMA nº 358 de 2005**, a **RDC da ANVISA nº 306/2004**, **RDC 50/2002 – ANVISA**.

5.2.7. Apresentar a fatura acompanhada, mensalmente, de cópias de comprovantes de recolhimento dos encargos sociais dos funcionários, bem como todos os documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 29 da Lei nº 8.666/1993, com a redação dada pela Lei nº 12.440/2011.

5.2.8. Responder exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SS/PJF.

5.2.9. Afastar do serviço do SUS/Juiz de Fora, no prazo máximo de 24 horas, qualquer empregado que na opinião da fiscalização não execute o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou ainda, quando se comportar de forma desrespeitosa, desordenada ou indesejável, devendo haver imediata substituição a fim de não haver prejuízo na prestação dos serviços.

5.2.10. Designar um supervisor constante de seu quadro para servir de elo com a Secretaria de Saúde, sendo referência para demandas administrativas, coordenando os serviços, orientando e ordenando seus funcionários.

5.2.11. Cumprir com todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso dos equipamentos de segurança por seus empregados, por funcionários da SS e de usuários, quando necessário; implementando uma estrutura organizacional de modo a facilitar o desenvolvimento de uma cultura de segurança. Apresentar, mensalmente, Relatórios de Levantamento Radiométrico e Teste de Constância do aparelho fixo de Raio-X, conforme exigência da Vigilância Sanitária.

5.2.12. A Contratada não poderá transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato sob pena de rescisão do contrato.

5.2.13. Caberá a Contratada apresentar relatório circunstanciado contendo relação de profissionais, equipamentos disponíveis, etc. A Escala de Trabalho deverá ser fixada em local visível para conferência do Fiscal do Contrato e, qualquer alteração deverá ser comunicada à Unidade onde o serviço é realizado.

5.2.14. Repetir a realização de exames sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da rede de saúde da SS.

5.2.15. Utilizar o sistema SIA/SUS, através dos instrumentos de cobrança para apresentação da produção mensal.

5.2.16. Aceitar os valores de referência à prestação dos serviços constantes da tabela de procedimentos do Ministério da Saúde (SIGTAP), e serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes determinados pelo Ministério, quanto os classificados como Ambulatoriais, nos termos do Artigo 26, da Lei Federal nº 8.080/1990.

5.2.17. As guias de solicitação deverão ser arquivadas pelo prestador de serviços, após conferência pela Unidade onde o serviço foi prestado, em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo, para fins de controle, avaliação e auditoria.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.2.18. As guias de autorização dos procedimentos deverão, obrigatoriamente, estar autorizadas pelo setor responsável da Secretaria de Saúde/Subsecretaria de Urgência e Emergência (SSUE), que sejam os respectivos responsáveis de cada Unidade.

5.2.19. As guias de autorização dos procedimentos deverão obrigatoriamente estarem autorizadas pelos setores responsáveis de cada unidade, e devidamente assinadas pelo profissional médico que solicitar o procedimento.

5.2.20. A contratada deverá disponibilizar entrega de relatório semanal (digital e impresso) das unidades constando os seguintes dados: exames realizados (somados e com valor total de cada procedimento), nome do paciente, número do cartão SUS, data do exame, médico solicitante, valores conforme Tabela SUS, para a devida conferência e acesso das informações pelos gestores e fiscais do contrato de cada unidade.

5.2.21. O relatório digital deverá permitir informações a respeito do faturamento e produção de serviços, possibilitando o cruzamento de dados diário, semanal ou mensal de exames, onde poderá ser verificado as seguintes informações: nome do paciente, data do exame, médico solicitante, exame realizado, valores conforme Tabela SUS, entre outros.

5.2.22. Deverá ser enviado, mensalmente, à SSUE relatório constando procedência dos pacientes com a informação de hora/data e procedimento realizado, o qual deverá ser apresentado através de sistema de informação, em conformidade com a planilha do **Anexo I.A.**

5.2.23. A autorização de pagamento das notas fiscais pelos gestores do contrato serão condicionadas ao cumprimento das cláusulas **5.2.20, 5.2.21 e 5.2.22.**

5.2.24. Não será permitida a realização de procedimentos radiológicos em pacientes que não estejam em processo de atendimento ou internação nas unidades de urgência e emergência da Secretaria de Saúde.

5.2.25. Providenciar manutenção preventiva mensal, o qual deverá ser apresentado através de relatório a ser entregue à Secretaria de Saúde com igual periodicidade, e corretiva, em até 24hs da ocorrência de defeito nos equipamentos utilizados para realização dos serviços.

5.2.26. O prestador deverá disponibilizar as imagens do raio-x em rede de computador interna das Unidades 24 Horas, e quando necessário em meio eletrônico (CD, DVD, Pen drive) para acompanhar ou ser entregue ao paciente ou a outro solicitante, sempre que solicitado.

5.2.27. Tratar os usuários do SUS, servidores da Prefeitura de Juiz de Fora, representantes dos Conselhos de Saúde e Ouvidoria com zelo, respeito e distinção.

5.2.28. Os resultados dos procedimentos/atendimentos deverão preservar o sigilo dos pacientes.

5.3. Quanto ao pessoal:

5.3.1. Executar os serviços mediante o trabalho de sua equipe técnica, composta por pessoal especializado e habilitado, em conformidade com o que dispõe a legislação federal.

5.3.2. Designar um supervisor constante de seu quadro para servir de elo com a Secretaria de Saúde, sendo referência para demandas administrativas, coordenando os serviços, orientando e ordenando seus funcionários.

5.3.3. Cumprir todas as normas legais e regulamentares de medicina e segurança do trabalho, inclusive o uso por seus funcionários de uniformes e crachás de identificação, equipamento de proteção individual incluindo dosímetros de radiação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.3.4. Fornecer, ainda, materiais necessários a toda equipe técnica e profissionais de saúde da contratante, tais como: avental plumbífero, porta avental, protetor de órgãos genitais, protetor de tireóide, luva tipo escudo, óculos de proteção frontal e lanterna.

5.3.5. Responsabilizar-se pela totalidade do pessoal para execução dos serviços, ficando claro que o Município, através da Secretaria de Saúde, não fornecerá pessoal, mesmo que em caráter temporário, para o exercício de atividades objeto do contrato.

5.3.6. Realizar o serviço de forma ininterrupta, dentro de horário estabelecido para a unidade. Assim, não serão admitidas interrupções para refeições ou descanso. Se for necessário intervalo para refeições ou descanso de funcionários, os mesmos deverão ser substituídos por outros.

5.3.7. Se no decorrer do contrato houver acréscimo ou substituição de profissional, o nome deste deverá ser encaminhado previamente à SS/SSUE, atendendo a todas as condições estipuladas no edital, termo de referência e contrato.

5.4. Quanto aos equipamentos/insumos:

5.4.1. Disponibilizar equipamentos novos, ou com no máximo 02 (dois) anos de uso, comprovado por nota fiscal, que atendam às exigências da ANVISA e demais legislações sobre a matéria.

5.4.2. Propiciar manutenção preventiva e corretiva, instalação e substituição dos equipamentos sempre que necessário.

5.4.3. Disponibilizar o quantitativo de equipamentos necessários à prestação de um serviço de qualidade, de acordo com o perfil e demanda de cada Unidade; observando a quantidade mínima exigida no contrato.

5.4.4. Fornecer toda a mão de obra, equipamentos e insumos necessários à elaboração dos procedimentos.

5.4.5. Responsabilizar-se pelo descarte de todo material usado.

5.4.6. Fornecer quaisquer insumos de enfermagem, materiais administrativos, de higiene e limpeza necessários para prestação do serviço.

5.4.7. Prover Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a proteção dos pacientes, inclusive os descartáveis, da equipe (da contratante e contratada) e de eventuais acompanhantes.

5.5. Quanto à organização/operacionalização/controle:

5.5.1. Medir periodicamente, de acordo com as normas de segurança e diretrizes de proteção radiológica em radiodiagnóstico, o nível de radioatividade emitido pelos equipamentos no ambiente **(da contratante e contratada)**.

5.5.2. Implementar o programa de garantia da qualidade e manter os assentamentos dos dados obtidos, incluindo informações sobre ações corretivas; bem como apoiar o SPR (escrever por extenso) nos programas de garantia de qualidade da imagem e otimização da proteção radiológica.

5.5.3. Zelar pela integridade dos assentamentos por cinco anos, exceto de dados de monitoração individual que devem ser armazenados por um período mínimo de 30 anos após o término da atividade com radiação, exercida pelo indivíduo monitorado. Deverão ser utilizados meios adequados e armazenamento digital.

5.5.4. Estabelecer e implementar padrões de qualidade de imagem e verificar a sua manutenção; em conformidade com as Normas para Processo de Avaliação NR: NA 6/1 – ONA.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.5.5. O programa de garantia de qualidade deverá incluir, o assentamento dos testes e avaliações realizadas e os resultados obtidos, assim como a documentação e verificação dos procedimentos operacionais e das tabelas de exposição, considerando os requisitos de proteção radiológica estabelecidos no Regulamento.

5.5.6. Manter a atualização do Relatório de Levantamento Radiométrico e Medida de Radiação de Fuga e Relatório de Testes de Constância de todos os equipamentos e contratada (Portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998).

5.5.7. Fornecer um Plano Operacional Padrão (POP) da destinação final dos resíduos químicos, considerando o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS (RDC 306 de 07/12/2004 e Resolução CONAMA 358/2005).

5.5.8 Assegurar à autoridade sanitária livre acesso a todas as dependências do serviço e manter à disposição todos os assentamentos e documentos especificados em regulamento (portaria MS/SVS nº 453 de 01/06/1998).

5.5.9. Investigar causas de desconformidade com as leis que regulam o exercício da atividade, identificando circunstâncias e consequências, adotando, ainda, as medidas cabíveis para corrigir as falhas detectadas e prevenir a recorrência de infrações similares, com apresentação de medidas corretivas das não-conformidades.

5.5.10. Disponibilizar entrega de relatório semanal (digital e impresso) das unidades constando os seguintes dados: exames realizados (somados e com valor total de cada procedimento), nome do paciente, número do cartão SUS, data do exame, médico solicitante, valores conforme Tabela SUS, para a devida conferência e acesso das informações pelos gestores e fiscais do contrato de cada unidade, bem como cópia dos pedidos de exames realizados nas Unidades para a devida conferência pelo fiscal do contrato. (Para o Durl, cópia de todos os pedidos de exames realizados na unidade.)

5.5.11. A qualquer tempo, o município poderá fiscalizar e solicitar as comprovações de que os funcionários da empresa possuem situação regular perante o INSS, FGTS e CRM e que atendam aos requisitos deste instrumento.

5.5.12. O prestador deverá disponibilizar as imagens dos raios-x em rede de computador interna das Unidades 24 Horas, e quando necessário em meio eletrônico (CD, DVD, Pen drive) ou ainda impresso para acompanhar ou ser entregue ao paciente ou a outro solicitante, sempre que solicitado.

5.5.13. É obrigatório que as clínicas tenham prontuário dos pacientes atendidos, onde devem ser anotados os dados dos pacientes pessoais e clínicos.

5.5.14. Apresentar, mensalmente, e/ou a qualquer momento que se fizer necessário, relatório dos exames realizados, por paciente e procedência do mesmo, anexando a relação de solicitações autorizadas e o resultado do exame, para auditoria. A relação dos procedimentos realizados, por competência, deverá ser entregue junto ao faturamento dos serviços realizados na competência.

5.5.15. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Os casos de inexecução do objeto conforme contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- c) multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

6.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a subsecretaria todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

6.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

6.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **6.1**, caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **6.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

6.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso. no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.6. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

6.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

6.8. A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

7.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do serviço, serão realizados pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade.

7.2. A CONTRATANTE acompanhará a execução do Contrato, avaliando o CONTRATADO através do Órgão Competente da Secretaria de Saúde, utilizando-se de procedimentos de supervisão indireta ou local, observando o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento, e de quaisquer outros dados pertinentes ao controle e avaliação dos serviços prestados e sob critérios definidos em normatização complementar, e, ainda, em casos específicos, determinar auditoria especializada.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.3. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pela CONTRATANTE sob a execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste Instrumento, o CONTRATADO reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrentes da Lei Orgânica de Saúde.

7.4. O CONTRATADO facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE, designados para tal.

**CLÁUSULA OITAVA
DA CESSÃO**

8.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.

8.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretendo cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

8.2. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

**CLÁUSULA NONA
DAS COMUNICAÇÕES**

9.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, de de 20.....

GESTOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)
EMPRESA
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Ass.:_____

Nome:_____

C.I.:_____

C.P.F.:_____

Testemunha 2

Ass.:_____

Nome:_____

C.I.:_____

C.P.F.:_____



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
PREGÃO ELETRÔNICO nº 275/2021 - SS

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE
PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 275/2021 - SS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, sediada na, cidade de, estado, telefone(s), e-mail para contato, neste ato representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 275/2021**, assim como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 275/2021 - SS

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 275/2021 - SS

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.